Vieira, Benedita Maria Duque (1992a), O Problema Político Português no Tempo das Primeiras Cortes Liberais, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1992, Vol. I da série "A Crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822", dir. por Miriam Halpern Pereira.

Projecto para a Constituição Portuguesa sobre as bases da Espanha com notas ao mesmo projecto oferecido ao Soberano Congresso das Cortes Extraordinárias Constituintes por Manuel Gomes Quaresma de Sequeira.

*Cx. 76, doc. 67**

Effigies manibus trunco ante altaria Divum
Hine resident, quarum lumine capta prior.
Signa Potestatis Summo, Sanctique Senatus
Thebanis fuerant ista reperta viris.

Alciat Emblem.

* Enviado à Comissão da Constituição em 19 de Fevereiro.

Extenso documento com uma centena de páginas endereçado ao Rei poucos dias após a abertura dos trabalhos da Constituinte. Cerca de dois terços dele são ocupados com o Projecto apresentado em três colunas encimadas pela indicação: Constituição de Espanha, Constituição de Portugal, Conformidade, variações, alterações e acrescentos na Constituição Portuguesa; o restante são as notas ao Projecto. Para contextualizar as notas e não se transcrevendo na íntegra, excepto esta última parte, optou-se por anteceder cada comentário pela indicação dos títulos, capítulos e artigos da Constituição de Cádiz e do próprio projecto do autor.

Pela mesma razão, e porque se trata da parte mais original da proposta, publicam-se também os títulos 6. «Da jurisdição em geral», 9. «Da agricultura» e 10. «Do comércio» apresentados como novos no Projecto para a Constituição Portuguesa, bem assim como os capítulos 2 do título 5. Do procurador-geral do Reino e do título 11. Dos direitos e emolumentos que fazem a bem do Erário.

Não admira, pois, que haja divergência entre a numeração da Constituição espanhola e a numeração proposta pelo autor para Portugal; e que termine por o título 7 da primeira equivaler ao 11 da segunda (Das contribuições e outros direitos e emolumentos que fazem a bem do Erário) e o 9 ao 13 (Da instrução pública).

Como Quaresma de Sequeira reconhece, «nele vão matérias mais próprias de legislação do que de constituição», mas porque o faz só em três semanas, regulando-se pelo desejo de concorrer para o bem do povo, espera do rei «perdão dos erros pela vontade de acertar, e de fazer bem».

Todo o cidadão tem obrigação de concorrer para o bem, e felicidade da sua pátria segundo as suas possibilidades, e talentos; por isso ainda que os meus são poucos, todavia me não julguei desligado dessa obrigação, e em desempenho dela fiz o projecto, que tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade.

Conheço que nele vão matérias mais próprias de legislação do que de constituição; como porém isto não é obra acabada para sair à luz, e eu o fiz em três semanas, regulando-me só pelo desejo de fazer bem ao povo, espero de Vossa Majestade perdão dos erros pela vontade de acertar, e de fazer bem.

Deus guarde a Vossa Majestade

Aguieira do Vouga 8 de Fevereiro de 1821.

a) Manoel Gomes Quaresma de Sequeira

NOTAS AO PROJECTO PARA A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA
SEGUNDO AS BASES DA DE ESPANHA.

Tit. 1 Cap. 2 Art. 5 São Espanhóis.

4.º Os libertos, logo que houverem adquirido a sua liberdade, nas Espanhas.

Art. Omitido. (1)

(1)

Não temos libertos em Portugal; e até tal palavra repugna às ideias liberais.

Tit. 2 Cap. 2 DA RELIGIÃO.

Art. 12 A Religião da Nação Espanhola é, e será perpetuamente a Católica, Apostólica, Romana, única verdadeira. A nação a protege por leis sábias, justas e proíbe o exercício de qualquer outra.

Art. 12. A Religião da Nação Portuguesa é a Católica Apostólica Romana, única que goza da protecção da Nação. (2)

Art. novo Com os estrangeiros de qualquer outra religião se terá a mesma tolerância que até agora se tinha com os Ingleses; não lhes será porém permitido atacar a Religião Católica, e perturbar o Estado por esse princípio.

Art. novo Porque a consciência não está sujeita ao poder dos homens, por isso ninguém será inquietado em sua consciência, ou por pretexto de consciência, contanto que não perturbe o Estado, nem ataque a Religião Católica.

(2)

Neste ponto nos devemos mostrar sábios, e prudentes: parece que os Espanhóis neste artigo se esqueceram do que autores católicos escreveram a respeito da intolerância dos Espanhóis, e Portugueses, e que quizeram opor-se ao sistema de tolerância de cultos, que seguiam os Franceses, pelo ódio que então havia entre as duas Nações.

A Comissão porém da nossa Constituição Portuguesa, na exposição que fizer quando apresentar o Projecto para a Constituição (como se fez em Espanha) deve mostrar que a tolerância não é mal nenhum; que a intolerância tem feito correr rios de sangue humano e cristão; que tem causado mais prejuízo, do que proveito à fé católica; que em Portugal houve tolerância de cultos de judeus, e mouros até ao tempo do Senhor D. Manoel e estabelecimento da Inquisição no tempo do Senhor D. João 3.º; que a intolerância, que desde esse tempo para cá tem havido em Portugal; e Espanha, despovoou a Península de muitos milhares de homens industriosos, e úteis cultores, e artistas; que a mesma intolerância desterrou de Portugal, e Espanha muitos dos seus mais hábeis filhos, e pessoas de talento, e que sempre estorvou que os estrangeiros industriosos se viessem estabelecer entre nós; e finalmente que a esta mesma intolerância atribuem, com toda a razão, os autores sensatos, e católicos uma das principais causas da ruína, e despovoação de Portugal, e Espanha: deve porém a Comissão acrescentar que não obstante isto, ela assentou que não devia admitir a tolerância de cultos públicos diferentes da Religião Católica, pelo perigo, e escândalo que se poderia originar entre o povo, que não é instruído, e que não está costumado a ver cultos diferentes do da Religião Católica. Como porém a consciência, e entendimento não estão sujeitos ao poder dos homens, e porque a intolerância absoluta poderia estorvar as nossas relações comerciais com os estrangeiros de diferentes religiões, por isso se acrescentaram os outros artigos.

Tit. 2 Cap. 4 DOS CIDADÃOS ESPANHÓIS.

Art. 22 Os Espanhóis, que por qualquer linha forem tidos e reputados como oriundos de África, têm aberta a porta da virtude, e do merecimento para serem cidadãos: consequentemente as Cortes concederão carta de cidadão aos que fizeram assinalados serviços à pátria, ou aos que se distinguiram pelos seus talentos, applica-

ção e conduta, uma vez que sejam filhos legítimos de pais ingênuos, que sejam casados com mulher ingénua, que sejam domiciliados em domínios espanhóis e que neles professem ofício, ou emprego útil com capital próprio.

Art. Omitido. (3)

(3)

Este artigo 22 da Constituição Espanhola não tem, nem deve ter lugar entre nós; e a palavra — ingênuos — é repugnante às ideias liberais.

Art. 23 Só os cidadãos poderão ser admitidos aos cargos municipais, e ser eleitores para eles, nos casos que a lei prescrever.

Art. novo A qualidade de cidadão português habilita por si só para todos os empregos, cargos, e dignidades eclesiásticas, e seculares, civis, e militares sem dependência de inquirições degênere.

Art. novo Nenhum português é nem se pode chamar vil, plebeu, ou mecânico, nem há ofício, ou ocupação vil, plebeia, ou mecânica sendo permitida pelas leis do Reino. (4)

(4)

A diferença de vil, plebeu, ou mecânico, que até agora indevidamente se fazia entre o povo e os nobres, e que não distava muito da de Naires, e Poleas da Índia, era causa de ódios, e competências entre os Portugueses; de sorte que os nobres tratavam com desprezo, e como se fossem homens de outra espécie, aos plebeus, ou mecânicos; e estes conservavam uma íntima, e perigosa aversão à nobreza que os desprezava, a qual aversão se tem observado em todas as comoções populares. A nobreza, enfatuada com seus illustres ascendentes, julgava que todos os cargos, e dignidades do Reino lhe eram devidos só porque eram nobres, ainda que não tivessem merecimentos pessoais, ao mesmo tempo que os chamados plebeus, ou mecânicos, ainda que merecimentos pessoais tivessem, se viam como degradados dos empregos, e como esmagados debaixo do jugo da nobreza; baste para prova as inquirições degênere, e nobreza que se requeriam aos bacharéis, que se queriam habilitar para ministros, como que eles houvessem de julgar, não pela ciência própria, mas sim pela nobreza dos pais e avós: e suposto que nas monarquias deve haver distinções, não é contudo necessário haver classes abjectas, e diferenças odiosas, que causem ciúme, ódio, e competências no Estado.

Nenhum português deve ser vil, ou desprezível, sejamos todos portugueses, e cidadãos honrados, e daí para cima hajam as distinções de nobreza, que as leis regularem, segundo os serviços, e merecimentos pessoais.

Art. 25 Suspende-se o exercício dos direitos e qualidade de cidadão espanhol.

2.º Pelo estado de devedor quebrado com má-fé, e por tal julgado. O estado de devedor à Fazenda Pública só suspende o exercício dos direitos de cidadão para não poder ser nomeado deputado de Cortes. (5)

(5)

O devedor quebrado com boa-fé não deve ser privado do exercício dos direitos de cidadão, o contrário é injustiça, e acrescentar aflição ao aflito pela fortuna. O devedor à Fazenda Pública não merece ser privado do exercício dos direitos de cidadão, mas somente de ser nomeado deputado de Cortes; porque como os ditos deputados não podem ser demandados durante a deputação, se pudessem ser nomeados, viria tal nomeação a demorar a cobrança da Fazenda Pública.

Tit. 3 DAS CORTES.

Cap. 4 DAS SEGUNDAS ELEIÇÕES POR COMARCAS.

Cap. 4 Devem ser na forma das Instruções de 31 de Outubro de 1820. (6)

(6)

A formalidade das eleições, que prescreve a Constituição de Espanha, não é boa, nem se pode chamar popular, mas sim de aristocracia provincial. A eleição de deputados para Cortes quer-se o mais imediatamente popular possível: se fosse praticável o juntar-se todo o povo de uma comarca, para ele próprio eleger per si a mais votos os seus respectivos deputados, isto era o mais legítimo; mas porque não é praticável deve aproximar-se o mais que for possível. O mais aproximado pois é eleger o povo de cada concelho per si os seus respectivos eleitores os quais na cabeça da comarca elejam os deputados, que lhe pertencerem, segundo a sua povoação; e não devem esses eleitores ter liberdade absoluta de elegerem quem quizerem, mas devem escolher dentre si os melhores,

e não de fora; e a razão é, porque aquele que foi eleito imediatamente pelo povo do seu concelho, e depois foi escolhido pelos eleitores de toda a comarca, reúne a confiança pública do seu povo, com a dos eleitores de toda a comarca; sendo porém eleito para deputado um homem, a quem o povo do seu concelho não elegeu para eleitor, não se pode dizer que tem a confiança pública, nem que é eleição do povo; pois que se um homem não é eleito pelos seus patrícios, que têm razão de conhecer se ele é, ou não capaz, alguma coisa lhe acharam que o torna incapaz; como pois poderão os eleitores pegar deste homem, elegerem-no deputado, e julgarem-no capaz disso, quando o povo do seu domicílio o não julgou capaz nem para eleitor? Na forma da Constituição de Espanha o pobre povo nem eleitores paroquiais elege; mas só sim uns compromissários, os quais elegem os eleitores paroquiais, e estes os da comarca, e estes finalmente os deputados. A que distância pois não fica a representação, e eleição do povo! E que direi da eleição de deputados por província! É o maior destempero, e irregularidade que se pode, imaginar, como a experiência mostrou. Na eleição da província da Beira, a que assisti como eleitor da comarca de Aveiro, poucos conheciam per si os deputados, que foram eleitos; a maior parte, ou foi vencida em votos pelo partido anticonstitucional, ou seguiu a fé alheia. E é isto caso de se dever seguir a fé de outro! As comarcas da Feira, Lamego, e Pinhel ficaram sem nenhum deputado ordinário. A comarca de Coimbra apenas teve um deputado que saiba das precisões do povo: os lentes, que excederam o número dos deputados que pertenciam à comarca de Coimbra, são muitos sábios, é verdade, mas não vivem entre o povo para conhecerem as suas necessidades, não têm a grande lição do mundo, porque só estão costumados a dar lição a estudantes, e a sua ciência é só especulativa; em uma palavra o povo da comarca de Coimbra, que desejava ver deputado o prior de Vila Nova de Monsarros, bem conhecido por ter defendido os povos de injustas pretensões de rendeiros, e donatários, teve o desgosto de o ver excluído. Seria pois da vontade do povo que fossem deputados homens que ele não contemplou, e que deixassem de o ser aqueles que ele tanto tinha em vista? Seria da vontade do povo daquelas comarcas, que não tiveram deputado algum, ou que tiveram menos do que lhe pertencia, que homens de outras partes occupassem o lugar de deputados dessas comarcas estrangeiras a elas? O povo destas comarcas não é povo? Não precisa ser representado?

Se não era preciso que essas comarcas tivessem seus respectivos deputados, escusado fora chamar à junta da província os eleitores de todas as comarcas, e chamar tantos, quanto era o triplo dos deputados que pertenciam a cada comarca: finalmente a eleição de deputados deve ser feita com conhecimento pessoal dos nomeados, e de suas qualidades; cada um na

sua comarca tem conhecimento dos homens capazes, mas não em toda uma província, e por isso a eleição por províncias ou é eleição de partidos e facções, ou às cegas, e o negócio é muito sério para se fazer às cegas.

Concluo portanto que na Constituição se deve mandar fazer as eleições de deputados pelo povo nos concelhos, e pelos eleitos pelo povo na cabeça da comarca, escolhendo os melhores de entre si, e não de fora seguindo-se no mais as instruções de 31 de Outubro de 1820, que estavam excelentes; só à excepção do artigo 28 parece se devia tirar, porque um ministro natural da comarca ainda pode subornar mais que os de fora.

Tit. 3 Cap. 7 DAS FACULDADES DAS CORTES.

Art. 131 As faculdades das Cortes são:

- nova* Nomear os ministros do Supremo Tribunal de Justiça.
- nova* Fazer a promoção da tropa de linha, e milícias de major inclusive para cima, e o mesmo na Marinha, com atenção à gradação que corresponde à tropa de terra. (7)
- nova* Nomear o presidente do Erário, e o procurador-geral do Reino.
- nova* Mandar edificar, ou desfazer fortalezas, ou outros edificios públicos.
- nova* Regular os distritos das comarcas, cidades, vilas, ou concelhos.

(7)

O essencial neste ponto é acautelar que os dois poderes legislativo, e executivo se não destruam um ao outro, mas sim se conservem; e por isso para a segurança desses poderes, e do sossego público, e conservação da Constituição me parece que el-rei não deve nomear os ministros do Supremo Tribunal de Justiça, e nem os militares de major para cima, porque quem tiver na sua mão a força armada, e escolha, ou nomeação dos comandantes dessa força, pode escolher homens seus afeiçoados, e desafeiçoados à Constituição, e desfazer quantas constituições houver; pois que os comandantes militares estão a depender que os aumentem: o poder de el-rei nunca há-de ir para menos, o das Cortes pode ir em diminuição, se não houverem as precauções em necessárias; e basta reflectir que el-rei sempre existe, e que as Cortes são temporárias, e os seus

deputados se dissolvem, e mudam, e por isso nunca têm meios de poder destruir o poder de el-rei, e basta ver que o poder legislativo já esteve nas juntas da Nação e que o perderam, e os reis o tomaram para si só. Millot História Moderna 1.^a Epoca Capítulo 4.

Cap. 8 DA FORMAÇÃO DAS LEIS E DA SANÇÃO REAL.

Art. 145 Terá el-rei 30 dias para usar desta prerrogativa; se neste prazo não tiver dado, ou negado a sua sanção, pelo mesmo facto se entenderá dada, e a dará com efeito.

Cap. 7 Art. 145 Terá el-rei dez dias para usar desta prerrogativa etc. Como está. (8)

(8)

O espaço de trinta dias que estabeleceu a Constituição Espanhola é muito grande, atenta a duração de três meses que hão-de ter as Cortes, e a precisão de fazer leis; pois que pela dita forma poucas leis se poderiam fazer.

Art. 147 Se el-rei negar a sanção, não se tornará a tratar do mesmo assunto nas Cortes daquele ano: poderá porém ser proposto mas no ano seguinte.

Art. 147 Se el-rei negar a sanção, ver-se-ão nas Cortes as razões que tiver dado; e se parecerem às duas terças partes dos deputados que são relevantes não se tratará mais disso; se porém não parecerem relevantes, assim se exporá; e com as razões em que se fundarem, tornará a el-rei, que responderá em outros dez dias, e à vista das segundas razões de el-rei, se parecer que procedem, não se tratará mais disso, e se parecer que não procedem publicar-se-á por lei. (9)

(9)

Se é precisa uma Lei não se deve estar a esperar por ela dois anos.

Tít. 4 Cap. 1 DA INVIOABILIDADE DE EL-REI E DA SUA AUTORIDADE.

Art. 171 Além da prerrogativa, que compete ao rei de sancionar as leis, e de promulgá-las, compete-lhe como principais as faculdades seguintes:

1.^a *Expedir os decretos, regulamentos e instruções que julgar conducentes à execução das leis.*

1.^a Expedir os decretos, regulamentos, e instruções que julgue convenientes para a execução das leis, sendo ouvido o procurador-geral do Reino, e se não tiver dúvida. (10)

(10)

Nos decretos, regulamentos, instruções etc. que emanarem de el-rei se pode encontrar a Constituição, ou as leis, ou o bem geral, ou particular do povo, e por isso deve ser ouvido o procurador-geral do Reino, que é o procurador, e defensor do povo, e fiscal da Constituição, e leis; o dito procurador-geral não tira o poder a el-rei, obsta só quando ele o exceder, e isto é essencialmente o mesmo que ao chanceler-mor recomendava a Ordenação Livro 1. Título 2. § 2. 3. 4.

Tit. 5 Cap. 1 DOS TRIBUNAIS.

Art. novo Além do prevenido nos artigos acima será permitido a todo o português, que julgar que qualquer ministro lhe fez injustiça, o expor as razões dela às Cortes: estas, visto o exposto pelo requerente, mandarão vir os autos, e elegerão uma comissão de 13 deputados dos mais sábios, e que não sejam nem da comarca do requerente, nem da comarca, ou amigos do ministro, ou ministros de quem se fizer a queixa: achando-se que não houve injustiça assim se determinará, sem pena alguma ao requerente, e sem custas; achando-se porém que houve injustiça, subsistirá não obstante o julgado (para não encontrar o disposto no artigo 243) porém o ministro, ou ministros serão condenados a indemnizar o requerente de outro tanto como lhe fizeram perder pela sentença injusta, e serão suspensos: se o caso for criminal sofrerão a mesma pena, que injustamente impuseram, ou deixaram de impor, e pagarão às partes as perdas, e danos: este procedimento só terá lugar a respeito dos processos de que não houver recurso, e que segundo as leis se derem por findos. (12)

(12)

Este procedimento se faz indispensável atento o despotismo ministerial. Se até agora se faziam injustiças, havendo recurso a el-rei depois das instâncias findas, muitas mais se farão sabendo os ministros que depois das três instâncias não há recurso, porque então farão quanto quizerem. As providências dos artigos 253, 255 da Constituição Espanhola não são bastantes, porque os ministros sempre hão-de acudir uns pelos outros;

a justiça do pobre nunca há-de ser tão favorecida como a pessoa do ministro, e um lavrador pobre não pode ter questões com um ministro, e por isso sempre há-de ser oprimido, e vexado se se lhe não acudir com esta providência.

Art. 261 Toca ao Supremo Tribunal de Justiça.

7.º *Conhecer de todos os assuntos contenciosos pertencentes ao Padroado Real.*

7.º *Escusado, veja-se a nota 11*.*

(11)

Todos os benefícios do Reino devem ser dados por el-rei, cassada, e abolida toda a posse, ou pretensão de direito de Padroado, ou de apresentar, que tenham, ou pretendem ter particulares, ou donatários, corporações, arcebispos, e bispos, pelas razões seguintes. 1.ª Porque todos os beneficiados como empregados públicos, e pessoas constituídas em dignidade não devem ser escolhidas senão pelo Chefe do Estado. 2.ª Porque o nomear para benefícios é uma espécie de jurisdição, que não deve estar separada da Coroa. 3.ª Porque todos os rendimentos dos benefícios provêm, ou de rendas de bens, ou principalmente dos dízimos que lhe foram dados pela Coroa. (Veja-se nota 31) e por isso todos os beneficiados, são realmente donatários da Coroa, e portanto o que há-de desfrutar a doação, deve ser nomeado pela Coroa, que lhe fez a mercê. 4.ª Porque pela referida doação e dotação adquiriu a Coroa o direito de Padroado. 5.ª Porque estando os beneficiados a sustentar-se dos bens do Estado devem ser nomeados pelo Chefe do Estado, e não por outros.

Art. 274 Em cada comarca haverá um ministro de letras cuja jurisdição se estenderá ao contencioso, e político, as leis determinarão a jurisdição que lhe deve competir na comarca, e até que quantia poderão conhecer sem apelação. (13)

(13)

Segundo as nossas circunstâncias a jurisdição, que a Constituição Espanhola dá ao ministro político da província título 6 capítulo 2, e a que aqui dá ao da comarca, deve unir-se em o ministro da comarca por

* Troca das notas 11 e 12 são do original.

maior comodidade de todos, e por isso aonde a Constituição Espanhola fala em província devemos nós escrever, e por comarca.

Art. 275 Em todos os distritos ou concelhos haverá juizes de fora, ministros de letras; e as leis determinarão a extensão de seus poderes, assim no contencioso, como no económico.

Art. novo Tanto os ministros das comarcas, como os juizes de fora serão trienais, sem poderem ser reconduzidos, nem demorados, mais que os primeiros três anos. (14)

(14)

Tem-se observado, e é regra com poucas excepções, que muitos ministros, que nos primeiros três anos foram excelentes, moderados, e justiceiros, logo que são reconduzidos, ou demorados, são outros homens, despóticos, arrogantes, e oppressores; de sorte que ninguém pára com eles, e são raios que caem nos povos.

Cap. 2 novo DO PROCURADOR-GERAL DO REINO (15)

(15)

O povo do Reino merece toda a contemplação, e protecção, para que não seja oprimido, vexado, e perseguido pelos poderosos, e empregados públicos: até agora só tinha quem o vexasse, oprimisse, e esfolasse, sem ter quem requeresse por ele, nem quem o defendesse; por isso, e para os mais fins que se referem, me lembrou acrescentar este capítulo.

Art. novo Haverá um procurador-geral do Reino nomeado pelas Cortes, que lhe estabelecerão o ordenado, que deve vencer: acontecendo vagar não estando as Cortes congregadas, a deputação permanente proverá a serventia, até às próximas Cortes.

Art. novo O procurador-geral do Reino é o procurador, e defensor do povo do Reino para que se lhe não façam injustiças, extorsões, vexames, e violências, e é o procurador fiscal da Constituição e das leis.

Art. novo É da obrigação do procurador-geral do Reino vigiar se não faça coisa que encontre ou prejudique a Constituição, e leis estabelecidas, ou o bem geral, e particular do povo do Reino.

Art. novo Todos os decretos, datas, mercês, ou outras quaisquer providências que emanarem de el-rei serão apresentados ao procurador-geral do Reino, e vendo ele que ofende a Constituição, leis, ou o bem do povo assim o declarará, dizendo no que ofende, e se não ofender também o declarará (se continuarem a haver tribunais que passem provisões como até agora, com elas se observará o mesmo).

Art. novo Para o dito procurador-geral do Reino poder resolver com acerto, se lhe apresentará o original decreto, data, mercê, e providência (ou provisão) com os papéis e documentos por virtude dos quais se passou.

Art. novo Quando o procurador-geral do Reino puser em algum decreto, data, mercê, ou providência (ou provisão) que ofende, não só poderá dar à execução sem que as Cortes, estando congregadas, ou na sua falta, a deputação permanente decidam se ofende, ou não.

Art. novo Nenhum tribunal, ministro, empregado, ou autoridade eclesiástica, ou secular dará cumprimento, ou execução a decreto, data, mercê, ou providência de el-rei (ou tribunais) sem que traga a declaração assinada do dito procurador-geral de que não ofende.

Art. novo O procurador-geral do Reino que deixar decreto, data, mercê, ou outra providência (ou provisão) que ofenda a Constituição, leis, ou bem do povo, sem lhe pôr a devida nota, é responsável pela sua vida e fazenda, à Nação.

Art. novo Não poderá ter, ocupar, nem servir outra alguma ocupação, cargo, emprego, ou dignidade eclesiástica, ou secular enquanto for procurador-geral do Reino.

Art. novo Será deputado nato em todas as Cortes, tendo porém um só voto como cada um dos deputados.

Art. novo Será ouvido sobre todos os decretos conciliares, bulas, breves, rescritos, ou outras determinações de concílios gerais, ou particulares, ou do Papa seus tribunais, legados, ou núncios, e constituições, ou pastorais dos prelados do Reino, antes de se lhe conceder o beneplácito.

Art. novo Tendo notícia de algum caso extraordinário que precise de pronta providência dará parte, requererá às Cortes, ou na sua falta à deputação permanente.

Art. novo Terá cuidado de notar tudo o que achar digno de providência assim a respeito da Constituição, como das leis, e seu melhoramento, e inconvenientes que se achem na prática, e execução delas, e de tudo o que ver que convém ao bem do povo, para o expor nas Cortes.

Art. novo Todos os magistrados do Reino terão obrigação de dar parte ao procurador-geral do Reino de tudo o que acontecer nas suas jurisdições contrário à Constituição, leis, ou bem do povo; e igualmente dos inconvenientes que acharem na prática, e execução da Constituição, ou leis.

Cada um do povo poderá expor o mesmo ao dito procurador-geral em cartas do serviço.

Art. novo O procurador-geral do Reino apresentará nas Cortes immediatas todos os officios dos magistrados, e representações dos particulares sobre os objectos referidos no artigo acima.

Art. novo Será fiscal em todos os processos, representações, ou queixas que se fizerem contra todos os ministros, e empregados públicos, pela falta de observância, ou transgressão da Constituição, ou leis, ou por terem vexado o povo indevidamente, ou lhe terem feito extorsões, ou outras injustiças.

Art. novo Assistirá como fiscal a todas as sessões da deputação permanente.

Art. novo Terá obrigação de formar o mapa da povoação do Reino.

Art. novo É autorizado para pedir a todos os ministros de Estado, tribunais, autoridades eclesiásticas, e seculares, empregados civis, e militares todas as relações, informações que lhe parecerem convenientes para os sobreditos fins.

Tit. 6 novo DA JURISDIÇÃO EM GERAL. (16)

(16)

Desde o Senhor Rei D. Diniz a maior parte dos nossos monarcas, ou restringiram, ou tiveram vontade de restringir, a jurisdição dos donatários; e bem se deixa ver que a vontade geral de todos era fazer com que toda a jurisdição residisse na Coroa; porém as circunstâncias dos

tempos; as contemplações com certos donatários, e outras coisas, não permitiram se completasse a obra; porém agora as nossas Cortes e seus sábios deputados, que só devem atender ao bem comum sem particulares contemplações, devem completar de todo a obra, que é uma das mais proveitosas para o Reino, para o bem do povo, e para a boa administração da Justiça.

Cap. único Art. novo Toda a jurisdição, e cada uma das suas espécies, reside, e residirá daqui em diante inalienavelmente na soberania.

Art. novo Não pode portanto nenhuma pessoa, ou corporação eclesiástica, ou secular, de qualquer ordem, preeminência, ou dignidade que seja, ter, nem exercitar jurisdição de qualidade alguma neste Reino, senão nos casos estabelecidos pela Constituição, ou nos que as leis estabelecerem.

Art. novo Não podem por isso pessoa, ou corporação alguma eclesiástica, ou secular a título de donatários ter, nem exercitar espécie alguma de jurisdição, qualquer que seja, civil, criminal, militar, ou económica.

Art. novo Todas as regalias, e direitos da Coroa maiores, ou menores, reservados, ou comuns, de que até agora usavam os donatários, e pessoas, ou corporações, eclesiásticas, ou seculares, são compreendidos na disposição dos artigos antecedentes.

Art. novo Na disposição dos artigos precedentes são compreendidos as Senhoras Rainhas, Casas de Bragança, e Infantado, Ordens Militares, e de Malta, Universidade de Coimbra, catedrais, igrejas, religiões, congregações, arcebispos, bispos, duques, e marqueses, condes, e demais corporações, e pessoas eclesiásticas, e seculares sem excepção alguma.

Tít. 7 novo DO ESTADO ECLESIASTICO. (17)

(17)

O despotismo sacerdotal affligia tanto o povo como o despotismo ministerial. Debalde nos livraríamos de um, se ficássemos oprimidos com o outro. É tempo de mostrarmos às outras nações (que bastante nos têm satirizado a este respeito) que já sacudimos o jugo, que os eclesiásticos nos impuseram, e que já não somos dominados por eles, que queremos

ser católicos; mas católicos sábios; que a fé católica não está anexa à usurpação das nossas temporalidades; e que enfim para gozarmos das vantagens do Cristianismo não é preciso que nos despojemos dos nossos bens, dinheiro, e riquezas para constituirmos um império temporal a quem só o deve ter espiritual. A Constituição de Espanha nada disse a este respeito; eu porém julgo este título essencial, e sumamente necessário para a felicidade da Nação.

Cap. 1 DAS PESSOAS ECLESIASTICAS.

Art. novo Os arcebispos, e bispos serão nomeados por el-rei escolhendo-os das pautas que as Cortes lhe derem das pessoas idóneas para estas dignidades.

Art. novo Os arcebispos serão confirmados pelos bispos da província, que lhe lançarão o pálio metropolitico, sem se pedir de Roma; os bispos serão confirmados pelos arcebispos: para uns, e outros se não pedirão bulas de Roma, segundo a disciplina antiga, que só se aprova, havendo por abusiva a contrária como prejudicial ao Reino. (18)

(18)

Que esta fosse a disciplina antiga todos sabem, e que o abuso de se pedir a confirmação de Roma, para se pagarem anatas, e se roubarem, e despojarem os reinos do seu dinheiro, procedeu das reseruações, e regras da chancelaria do Papa João 22.º é igualmente sabido; veja-se Van-Espen. Iur. Eccles. parte 1 título 14 capítulo 1 e o nosso Antonio Pereira de Figueiredo Demonstração Teológica (não cito o lugar porque as não tenho cá). O que se diz neste artigo foi um dos pontos da reforma estabelecida no Concílio de Basileia, e insertos na sanção pragmática que Carlos 7.º de França publicou em Bruges em 1438, e que a imprudência de Francisco 1.º, contra o voto da Universidade, Clero, e Parlamento, revogou por instâncias, e intrigas da Corte de Roma em 1518. Enfim para sermos católicos, não é preciso que a maior parte do nosso dinheiro vá para Roma.

Art. novo Os arcebispos, e bispos antes da sagração prestarão juramento na forma seguinte — Eu N... eleito Arcebispo, ou Bispo de... prometo, e juro aos Santos Evangelhos, que eu reconheço por verdadeira, legítima e legal a Constituição Política deste Reino de Portugal, e tudo o que nela se contém, e igualmente prometo, e juro obediência

à dita Constituição, e leis do Reino, e às Cortes deste Reino, estando congregadas, e na sua falta à deputação permanente; igualmente prometo, e juro obediência aos reis deste Reino, e na sua falta à Regência do Reino na forma, e segundo os poderes que eles têm pela Constituição, e nunca irei, nem obrarei, nem darei conselho, ajuda, ou favor contra o determinado na Constituição, e leis estabelecidas.

Art. novo Este juramento prestarão os arcebispos, e bispos na Secretaria de Estado presente el-rei, ou o Conselho de Estado; e sem apresentarem certidão do dito juramento não poderão ser instituídos.

Art. novo Os arcebispos, e bispos na sagração só farão a profissão da fé, mas não darão o juramento, que até agora costumavam, e que traz o pontifical de Urbano 8.º (19).

(19)

Este juramento foi desconhecido nos primeiros dez séculos da Igreja; porém Gregorio 7.º que quis ser Imperador Universal, foi o primeiro que inventou tal juramento, que depois foi acrescentado; não para prestar a obediência canónica, mas sim uma obediência tal como presta o vassallo ao senhor, que é o que querem dizer as palavras do tal juramento veja-se Van-Espen. Iur. Eccles. parte 1.ª título 15 capítulo 2. Os nossos arcebispos, e bispos, pois, devem sim reconhecer no Papa o primado, mas não domínio algum, nem lhe devem render vassalagem; porque são vassallos de Portugal, e não de Roma, e nem podem estar a prometer obediência temporal ao Papa sem incorrerem no crime de alta traição; e a Nação deve mostrar que está livre das preocupações ultramontanas.

Art. novo Os arcebispos, e bispos nas suas pastorais, cartas, e outros quaisquer papéis usarão da fórmula seguinte — D. N. por mercê de Deus e eleição de Sua Majestade Fidelíssima Arcebispo, ou Bispo de — e não como até agora costumavam. (20)

(20)

A fórmula — por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica — de que usam, cheira àquella vassalagem de que se disse acima; porque recebendo os bispos o poder espiritual de Deus, como se ensina em Direito Canónico, que mercê lhe faz a Sé Apostólica?

Esta fórmula pois não tem outro fim senão o mostrar que os bispos são vassallos do Papa, e que o podem ser, ou deixarem de o ser, segundo

ele quiser, pois que estão à sua mercê. Esta fórmula é nova em Portugal, e deve a sua origem às opiniões ultramontanas da Monarquia Papal, que se introduziram entre nós, e para desengano do que digo veja-se o Elucidário das palavras antigas de Frei Joaquim de Santa Roza verb. — décimas — aonde se refere uma constituição de D. Martinho Arcebispo de Braga que principia — Martinho pela mercê de Deus, Arcebispo da Santa Igreja de Braga a todos etc. — .

(21)*

Veja-se a nota 11.

Art. novo Cada um dos arcebispos, e bispos terão de ordenado aquela quantia que as Cortes acharem conveniente, e proporcionada às terras em que assistirem.

Art. novo Todos os párocos, de todas as igrejas do Reino, serão nomeados por el-rei a proposta do Conselho de Estado.

Art. novo Para ser nomeado pároco é preciso ser bacharel formado, e ser habilitado no bispado da sua naturalidade, ou domicílio por exame sinodal de moral; além disso deve apresentar atestação do bispo do domicílio, em como é de bons costumes, e outras do juiz de fora, e ministro da comarca em como não é supersticioso, fanático, e nem hipócrita. (22)

(22)

Tem-se observado que muitas igrejas se dão a homens bem ignorantes, ficando de fora homens de letras, e beneméritos. Tal houve; que estudando o Moral pelo Larraga Português, respondeu menos mal no exame da colação, porém quando foi a dar o juramento como era em Latim — Ego N — embarrancou no — N — sem saber dizer o seu nome; perguntam-lhe, que era aquele — Ego — e ele respondeu que era — Ego — Egas — . Tem-se também notado que alguns clérigos, cuja santidade, e virtude consiste no fanatismo, e hipocrisia, passam para com os seus prelados por homens de muitos bons costumes, não lhe merecendo, algumas vezes, tanto conceito outros de sincera virtude.

Art. novo O nomeado para pároco dará perante o ministro de letras da cabeça da comarca, e bispado, aonde se colar, o mesmo jura-

* Nota não remetida ao texto.

mento que os bispos, e sem apresentar certidão disso, não poderá ser instituído.

Art. novo Devem preferir para serem nomeados párocos os que tiverem sido curas tendo as qualidades requeridas: os naturais do bispado, em iguais circunstâncias, preferirão aos de fora.

Art. novo Para nenhuma colação de párocos serão necessárias bulas.

Art. novo Não serão admitidas renúncias.

Art. novo Os párocos terão de cõngrua o que as Cortes determinarem; a qual se lhe continuará por inteiro, ainda que não possam trabalhar por velhice, ou enfermidade que os impossibilite.

Art. novo Os curas, fora da Corte, serão nomeados pelo ministro de letras da comarca, como delegado de el-rei.

Art. novo Para ser nomeado cura, e para o bispo lhe passar carta, são precisas todas as solenidades requeridas nos párocos, à excepção de bacharel, e exame sinodal.

Art. novo Os curas terão por ano a cõngrua, que as Cortes estabelecerem, a qual só se lhe dará enquanto servirem.

Art. novo Os estrangeiros são excluídos de todas as dignidades, e occupações eclesiásticas.

Art. novo Nenhum pároco; ou cura poderá exigir do povo coisa alguma a título de funerais, officios, ofertas, ementas, ou outros quaisquer usos, e só poderão aceitar o que espontaneamente lhe derem, sem que tais ofertas, ou datas possa em tempo algum degenerar, ou produzir obrigação.

Art. novo Em cada freguesia haverá um pároco, e um cura, e sendo a freguesia tão grande, que precise de mais curas, as Cortes determinarão o seu número.

Art. novo Estando o pároco impossibilitado por velhice, ou doença, de que se não espere melhora, será nomeado pelo ministro da comarca outro cura para suprir a sua falta, e o mais velho, em idade, dos curas fará as vezes de pároco.

Art. novo Os párocos, e curas trabalharão igualmente no serviço da igreja, sem que os párocos, não estando impossibilitados, possam mandar fazer aos curas mais serviço do que eles tenham feito.

Art. novo Em cada freguesia haverá somente por cem fogos um clérigo, contanto que não excedam de sete, ou oito fora o pároco, e cura: quando algum, ou alguns dos clérigos existentes chegar a sessenta anos poderá ser ordenado outro, ou outros para suprir a falta.

Art. novo As Cortes poderão fazer todas as abolições, e reformas que julgarem convenientes a respeito de corporações de pessoas eclesiásticas seculares, ou regulares. (23)

(23)

O bem geral do povo é a principal, e suprema lei do Reino. As corporações de pessoas eclesiásticas seculares, e regulares podem existir, ou deixar de existir salva a Religião Católica; porque para a conservação dela não são precisos no Reino mais do que arcebispos, e bispos, párocos, e alguns clérigos, que nenhum destes forma corporação, e por isso pertence ao poder secular permitir ou abolir aquelas corporações, que lhe parecer, segundo vir que convém, ou prejudicam ao bem geral. O que é lícito a um imperante no seu reino é lícito aos mais no seu território. *Martin. de Jur. civit. capítulo 8. § 220.* Se pois foi lícito a muitos dos imperantes da Europa, e deste Reino, admitir, conservar, ou abolir corporações de tais pessoas, como mostra a História, segue-se que o mesmo é hoje lícito às Cortes.

Cap. 2 DAS CAUSAS ECLESIÁSTICAS.

Art. novo Não poderá erigir-se de novo nem igreja, nem capela, sem licença de el-rei, que só a concederá com causa ouvindo o Conselho de Estado.

Art. novo As permutações dos benefícios só se farão com causa justa, e por licença de el-rei, ouvindo o Conselho de Estado.

Art. novo As divisões, uniões, ou separações dos bispados, ou paróquias, depois de decretadas, pelas Cortes, se farão na forma da disciplina antiga sem bulas.

Art. novo Nenhum concílio geral, ou particular, nenhuma bula, breve, ou rescrito do Papa, ou de seus tribunais, legados, ou nuncios, e nenhuma constituições, ou pastorais dos arcebispos, bispos, e mais prelados serão publicadas, nem poderão ter execução, sem o beneplácito, que só lhe será concedido pelas Cortes, ou na sua falta pela deputação permanente, ouvido o procurador-geral do Reino. (24)

(24)

Isto é direito já muito velho na Europa, e em Portugal. A Constituição de Espanha artigo 171 14.^a faz diferença na qualidade de bulas; eu porém assentei que negócio desta natureza devia passar como se refere neste artigo, para se não seguir inconveniente, ou perturbação no Reino.

Art. novo Todo o eclesiástico, ou secular que publicar, ou der à execução, cada uma das coisas referidas no artigo acima, sem terem o dito beneplácito, é réu de alta traição.

Art. novo Se acontecer o caso de serem publicadas se usará de anulatória contra elas, expedida em nome de el-rei, depois das Cortes, ou deputação permanente assim o resolverem. (25)

(25)

Como se praticou em Veneza com o célebre Interdito de Paulo 5.^o contra a República de Veneza, e como fez o Senhor D. Joze 1.^o de Portugal pela Carta de Lei de 30 de Abril de 1768 e outros. Dedução Cronológica parte 2 Petição de Recurso § 95 e seguintes.

Art. novo Fica proibido o mandar dinheiro para Roma, ou outra qualquer parte, a troco de bulas, breves, ou outros rescritos do Papa seus tribunais, legados, ou nuncios, nem debaixo de outros quaisquer pretextos sob a dita pena. (26)

(26)

Evitar a saca da moeda para fora do Reino é, e deve ser, um dos principais cuidados do governo. Grande tem sido o prejuízo que tem sofrido este Reino de ter saído o seu dinheiro para fora, como estamos observando: o nosso dinheiro não tem parentesco com a catolicidade, e fé que professamos.

Art. novo Pertence à soberania temporal determinar, regular, e estabelecer os impedimentos do matrimónio, e declarar os casos, e circunstâncias em que devam, e possam ter lugar as dispensas dos mesmos impedimentos, como praticavam os imperadores romanos. (27)

(27)

Os impedimentos do matrimónio foram estabelecidos pelos imperadores romanos; e porque quem pode fazer a Lei a pode revogar, ou dispensar, não há dúvida que assim como eles puserem os ditos impedimentos os podiam tirar, e dispensar, como com efeito dispensavam; sem contradição dos ministros da Igreja, que ainda então não tinham adquirido tanta prepotência: o mesmo impedimento do parentesco espiritual foi estabelecido pela Lei 26 Cod. de Nupt. O poder da Igreja a este respeito é facultativo, e lhe provém da permissão dos príncipes seculares tácita, ou expressa. Eybel. Iur. Eccles. Tomo 2. Livro 2 capítulo 1. § 205 nota (1) II. página mihi 28. E porque os direitos da soberania não podem prescrever por tempo algum, segue-se que o mesmo direito, que tinham os imperadores romanos, têm os actuais legisladores, e as nossas Cortes. Os ministros da França afirmavam que ao seu rei sempre competira este direito Van-Espen. Iur. Eccles. parte 2 Soct. 1. título 13 capítulo 2 número 11. Em Espanha se observava o mesmo direito; transcreverei as palavras do Abade Millot. História Moderna 4.^a Época capítulo 11 quase no fim, em que tratando da separação que mandou fazer Celestino 3.^o entre el-rei D. Affonso 9.^o de Leão, e sua mulher D. Thereza filha do nosso rei D. Sancho 1 por serem primos co-irmãos diz — Lemos que as Cortes Espanholas tiveram o impedimento do matrimónio, por causa de parentesco, como puramente cível, e entendiam que os príncipes podiam dispensá-lo, mormente entre as pessoas de sangue real. Não há dúvida que este foi o antigo direito desde Constantino. — Porém aqueles pios monges, que vieram estabelecer-se entre nós no princípio do Reino, preocupados de ideias ultramontanas, foram certamente os que fizeram prevalecer as máximas de Roma, ao antigo direito, e prática da Espanha.

Art. novo Enquanto as leis não determinarem cada um dos impedimentos, que hajam de subsistir, subsistirão os determinados por direito, e que estão em uso.

Art. novo O poder de dispensar nos ditos impedimentos, nos casos permitidos, pertence a el-rei; porém, enquanto as Cortes não determinarem o contrário, os bispos dispensarão como delegados de el-rei, mas de graça. (28)

(28)

A permissão que os príncipes fizeram à Igreja para poder dispensar em lugar deles foi feita aos bispos, que eram os que dispensavam, e não os papas. Eybel. Iur. Eccles. Tomo 3. Livro 2. capítulo 4. § 182. nota (d), e capítulo 7. § 196 nota (c). Ainda pois que esta permissão fosse irrevogável, não podiam os bispos ceder dela a favor dos papas em prejuízo dos monarcas concedentes, e de seus reinos. É evidente que a despesa, que os impetrantes das despesas fazem, sendo elas concedidas pelos bispos, fica no Reino; e sendo concedidas pelo Papa vai o dinheiro para Roma, e por conseguinte foi a condescendência dos bispos causa do prejuízo, e perda do Reino; do que se segue que os bispos não podiam ter tal condescendência com os papas em prejuízo de terceiro, ou do Reino, e vassallos dele; e porque aos legisladores compete o direito de evitar o prejuízo do Reino, também lhe compete o poder de remover as causas desse prejuízo.

Art. novo Todas as dispensas que pendem da autoridade eclesiástica serão feitas, ou concedidas pelos bispos, sem bulas. (29)

(29)

Pelo mesmo fundamento da nota próxima.

Art. novo As Cortes poderão abolir aqueles dias santos, que acharem prejudiciais à agricultura, e comércio, e poderão outrossim regular as festividades, e o modo, e despesa, delas. (30)

(30)

Se o Papa determinar que um dia, que agora é de trabalho, seja dia santo, não vale tal determinação sem se lhe conceder o beneplácito, e permitir que o seja. Quem pode pôr a Lei pode revogá-la; e por isso se para serem dias santos os existentes foi precisa a licença do imperante de Portugal, segue-se que achando-se ser essa permissão danosa pode ser revogada, e revogada que seja, já não são dias santos, porque sem a permissão o não podem ser só pela autoridade do Papa.

Art. novo Poderão outrossim secularizar, abolir, ou diminuir os dízimos, e mais bens de raiz eclesiásticos, segundo convier ao bem geral da Nação, e do povo.

O poder da Igreja é todo espiritual, e por isso só se pode exercitar no que diz respeito ao espírito e foro interno. Eybel Iur. Eccles. Tomo 2. Livro 1. capítulo 2. § 88. e capítulo 6. § 101. E porque os dízimos, ou a décima parte dos frutos da terra são coisas temporais, como todos observam pelos sentidos, segue-se que à Igreja não competia o legislar que se lhe pagassem os dízimos, e que se os tem é por liberalidade dos príncipes, e consentimento do povo. Eybel cit. Tomo 2. Livro 2. capítulo 5. § 126 nota (a). E por isso pertence ao poder secular abolir, ou diminuir como bem lhe parecer os dízimos, dando a sustentação aos ministros do altar. Eybel. L. c. Os bens de raiz que as igrejas, e outras corporações eclesiásticas possuem, além dos dízimos, os têm, e possuem ou por doação expressa, ou tácita dos príncipes, isto é por lhe terem feito mercê deles, ou de lhos terem conservado, o que já há muito reconheceu Avito na Carta 39 a el-rei Gundubado — Tudo o que tem a minha igreja; ou para melhor dizer, todas as nossas igrejas, é vosso, e dos bens; que, ou nos destes, ou nos conservastes até agora — .

Com efeito este dito é bem applicável às fazendas que as igrejas, e corporações eclesiásticas têm em Portugal; porque constando pelo foral velho de Castela; pela determinação das Cortes de Naxera do Reino de Castela, e das de Benevente do Reino de Leão, e das de Valhadolid de 1381, e 1389, que em toda a Espanha era proibido o darem-se bens a mãos-mortas eclesiásticas Campoman. Tract da Regal. de Amortiz capítulo 19. E mostrando-se a observância da mesma legislação em Portugal pelo privilégio que o Senhor D. Affonso Henriques concedeu ao Mosteiro de Castro de Avelãs Monarquia Lusitana parte 5.^a apêndice escrito 19, e do que o Senhor D. Sancho 1 concedeu a Grijó Souza Provas da História Genealógica ao Livro 1. número 8, e pela lei do Senhor D. Affoso 2 das Cortes de Coimbra de 1211, e pelas leis do Senhor D. Diniz e outros, como é sabido, e sendo a determinação das ditas leis que os bens adquiridos por tais corporações, sem licença régia, ficavam perdidos para a Coroa; é evidente que todos os bens que as corporações têm em Portugal, ou a Coroa lhos deu, ou lhos conservou até agora, e por isso são verdadeiros donatários da Coroa pelo que respeita a tais bens. Nem são menos donatários pelo que respeita aos dízimos; pois que em Portugal as igrejas, e catedrais, os bispos, párocos, e religiões não desfrutam os dízimos por direito próprio, isto é por disposição de Direito

* Nota não remetida ao texto.

Canónico, mas sim por mercê, e graça dos soberanos de Portugal. Os monarcas de Espanha desde tempos antigos possuíam os dízimos de que faziam mercê como bem lhes parecia; e este direito e posse passou para os reis de Portugal, pois que o Senhor Conde D. Henrique deu ao Mosteiro de Santa Maria da Caridade os dízimos de Entre-Douro, e Mondego; doação que confirmou o Senhor D. Affonso Henriques; o Senhor D. Sancho 1 deu os dízimos à Sé de Silves; o Senhor D. Affonso 2 deu às Sés de Coimbra, e Lisboa os dízimos dos respectivos Bispados, e a Alcobaça, e a Santa Cruz de Coimbra os dízimos que os reis recolhiam dentro das terras dos ditos mosteiros; o Senhor D. Affonso 3.^o confirmou à Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém os dízimos que lhe tinha dado o Senhor D. Affonso Henriques; o Senhor D. Diniz possuía os dízimos que não estavam dados, e deu à igreja de Arronches os dízimos desta vila, e na mesma posse continuaram seus sucessores até ao tempo do Concílio Tridentino. Monarquia Lusitana parte 4.^a Livro 13. capítulo 16. e parte 6. Livro 18. capítulo 58. Sendo de notar que os nossos reis, porque possuíam, e arrecadavam para si os dízimos fizeram às catedrais e igrejas doações de bens, herdades, e rendas para sustentação dos bispos, cónegos, e párocos como diz Brandão L. c., bens, herdades, e rendas com que ficaram ainda depois de lhe darem os dízimos, como hoje se vê; vindo assim os eclesiásticos a ter duas doações, para o mesmo fim da sustentação, a primeira das quais lhe era bastante, e com que estavam contentes como diz o dito Brandão.

É outrossim sabido, e seguido por todos os canonistas que os dízimos que eram possuídos pelos seculares ao tempo do Concílio Lateranense, celebrado no tempo de Alexandre 3.^o, ficaram sendo próprios deles, e por eles licitamente possuídos. Van-Espen. Iur. Eccles. parte 2. sect. 4. título 2 capítulo 4 a número 29. E porque já ao tempo do dito concílio os nossos reis possuíam os dízimos de Portugal, como fica mostrado, segue-se que mesmo segundo a determinação do dito concílio (se fosse necessária) ficaram os dízimos sendo dos reis de Portugal, e como bens da Coroa, e os beneficiados, igrejas, e mosteiros, a quem se deram, donatários dela. É suposto que Van-Espen. L. c. a número 42 diga que os dízimos assim possuídos por seculares, se forem dados às igrejas, recuperam a primitiva natureza, e se reputam meramente eclesiásticos, contudo esta doutrina não tem lugar em Portugal, por ser princípio indubitável de Direito Público Português que os bens, e direitos da Coroa, ainda que sejam dados, ou doados a quaisquer pessoas eclesiásticas, ou seculares, igrejas, ou corporações, nunca perdem a natureza de bens da Coroa.

Concluo portanto que a Coroa destes Reinos é verdadeira senhora dos bens de raiz e dízimos, que deu, ou conservou às igrejas, adquirindo por isso em todos os benefícios do Reino o direito de Padroado, e que

agora dando-se aos bispos, e párocos a devida sustentação podem as nossas Cortes, ou tomar para o Estado os dízimos, e mais bens de raiz possuídos por corporações, ou pessoas eclesiásticas, ou seculares, ou aboli-los, ou diminuí-los sem dependência de Papa, nem de bulas.

Art. novo O poder da Igreja é todo espiritual, e por isso só se pode exercitar no que diz respeito ao espírito; e foro interno. (32)

(32)

Veja-se a nota acima no princípio.

Art. novo Não compete por isso aos eclesiásticos por direito próprio o foro externo, ou contencioso, que só lhe provém, e pode provir da permissão do poder secular. (33)

(33)

Veja-se Eybel Iur. Eccles. Tomo 2. Livro 2. capítulo 3. § 116 e notas, e Tomo 4. Livro 3. capítulo 1. § 468 nota (g).

Art. novo Compete por isso ao poder secular ab-rogar, restringir, declarar, e regular a permissão que fez do foro contencioso aos eclesiásticos, da maneira, e modo que lhe parecer.

Art. novo Não será permitido aos legados *a latere*, ou nuncios apostólicos, exercitar jurisdição de qualidade alguma no Reino. (34)

(34)

Os legados, e nuncios apostólicos, como hoje se vêem, foram desconhecidos em muitos dos primeiros séculos da Igreja, e inventados para tirar a jurisdição aos bispos, e monarcas, e para esgotarem os reinos, como é patente pela História, e nada tem com a Fé a sua jurisdição. Veja-se Eybel Iur. Eccles. Tomo 3. Livro 2. capítulo 4. § 183 nota (b).

Art. novo Não poderão os eclesiásticos conhecer de feitos cíveis, nem contra eclesiásticos, nem contra seculares, nem mesmo dos casos que até agora se chamavam *mixti fori*.

Art. novo Nem poderão conhecer de casos alguns criminaes, nem contra seculares, nem contra eclesiásticos; salvo nos crimes meramente

eclesiásticos, os quais serão enumerados pelas leis, dos quais só conhecerão contra eclesiásticos.

Art. novo Cometendo algum eclesiástico algum delicto, de que se conheça no Juízo Secular, sendo convencido, e condenado por sentença final, se remeterá cópia dela ao prelado eclesiástico para o suspender do exercício das ordens; se for caso disso: no Juízo Eclesiástico se estará pela sentença do Secular, sem reperguntarem testemunhas, nem fazerem outro processo a respeito do delicto.

Art. novo Nos processos que se fizerem, no Juízo Eclesiástico se observará a ordem estabelecida para o foro secular. (35)

(35)

Assim foi já estabelecido em França por Luiz 14.^o no Édito de 1667.

Art. novo Os ministros eclesiásticos cumprirão a respeito dos processos do seu Juízo o que se determina nos artigos 276, 277 (Constituição Espanhola).

Art. novo São applicáveis aos ministros eclesiásticos os artigos 251, 253, 254, 255 (Constituição Espanhola) e o novo que se segue a 255.

Art. novo Dos processos, que se tratarem no Juízo Eclesiástico, se poderá interpor recurso para a Coroa.

Art. novo Terão os eclesiásticos, de qualquer dignidade que sejam, precisa obrigação de obedecer, e cumprir logo as sentenças dos recursos sem se porem a responder, e a não cumprir, como até agora costumavam.

Art. novo As sentenças do Juízo do Recurso serão imperatórias, e não cartas rogatórias como até agora. A repugnância do eclesiástico, seja ele qual for, será castigada pelo Juízo do Recurso, como se a fizesse qualquer julgador secular. (36)

(36)

Sendo certo que todos os eclesiásticos de toda, e qualquer ordem, ou dignidade estão sujeitos ao imperante do Reino; em que vivem, como hoje ninguém ignora, é consequência o deverem obedecer-lhe, e aos tribunais, e autoridades por ele constituídas. O estarem pois os eclesiás-

ticos a não quererem cumprir, e a responder às sentenças dos recursos, é uma manifesta rebelião, e não reconhecer o poder do soberano. As cartas rogatórias lhe davam ansa à sua repugnância; mas tiveram a sua origem nos séculos da ignorância, quando se pensava que os soberanos não tinham jurisdição sobre os eclesiásticos, e que por isso os não podiam mandar, mas só rogar-lhe; se hoje porém cessou essa ignorância; causa dessa fórmula rogatória, por que não há-de cessar o efeito?

Os eclesiásticos devem obedecer como outro qualquer vassallo; o soberano deve mandá-los como a vassallos, que são, e não rogar-lhe como a iguais, que não são; os efeitos da ignorância devem acabar, e já deviam ter acabado com a mesma ignorância. O prejuízo que se tem seguido ao povo de tais cartas rogatórias é incalculável; pois que quase sempre os eclesiásticos persistem na sua teima, ainda depois de primeira, e segunda rogatória, e em tais termos ou o recorrente há-de succumbir à oppressão, mesmo depois de ter obtido no recurso, ou há-de requerer assento no Desembargo do Paço, mas que despesas não traz isto consigo! E quem as paga? O pobre recorrente ainda que obtenha; de sorte que o remédio é pior que a doença. Um meu vizinho, depois de ter gasto mais de cinquenta moedas, morreu sem ver o fim do resultado do assento. E é isto Justiça, ou providência para livrar da oppressão?

Art. novo Os arcebispos, e bispos não poderão ter meirinhos, nem cárceres, ou aljubes, nem poderão mandar prender pessoa alguma secular, ou eclesiástica. (37)

(37)

Já fica dito nota (31) que o poder da Igreja é todo espiritual e por isso lhe não compete o exercício do poder temporal, nem o poder da espada, e de impor penas que affectem o corpo, a fama, ou os bens Eybel. *Iur. Eccles.* Tomo 2. Livro 1. capítulo 6. § 101. nota (a). E porque a captura affecta, e ataca o corpo, e priva ao homem da sua liberdade natural, e porque os cárceres são coisas temporais, como todos vêem e percebem pelos sentidos, segue-se que ao poder eclesiástico lhe não compete, nem prender os homens de qualquer estado, ou condição que sejam, nem o estabelecer, ou fazer cárceres para os reter em prisão. Nem mesmo compete aos ministros e prelados eclesiásticos o prender eclesiásticos, e nem ter cárceres para a sua reclusão; porque a liberdade natural, e civil compete ao homem na qualidade de homem, e de cidadão, e não na qualidade de cristão, ou de eclesiástico, ou de secular. Todo o eclesiástico antes de o ser já era homem, e cidadão, e já lhe competia essa liberdade natural, e civil; e portanto a liberdade natural, e civil, que

compete aos eclesiásticos, lhe compete na qualidade de homens, e de cidadãos, e não na qualidade de eclesiásticos; e porque a captura é a privação da liberdade natural, que se faz ao capturado, segue-se que o prender, e estabelecer cárceres, ou lugares aonde os homens estejam privados da sua liberdade natural só compete àquele que tem poder sobre eles na qualidade de homens, e de cidadãos, e não àquele que tem poder sobre eles ou na qualidade de cristãos, ou de eclesiásticos; mas o que tem poder sobre os homens na qualidade de homens, e de cidadãos é o imperante, e não os prelados eclesiásticos; logo àquele, e não a estes é que compete o poder de prender os homens de qualquer estado eclesiástico, ou secular, e de estabelecer os cárceres aonde estejam presos. Além disto o poder de prender, e deter, e estabelecer cárceres é inerente ao império, ou poder armado, ou poder da espada Heinecc. ad. Pand. parte 1. § 245, 246 Peg. a Ordenação Livro 2. título 1. §. 27. número 13 Thom. Vaz. alleg. 13. número 158. E por isso todo aquele que não tem este império, ou poder armado, ou poder da espada não pode prender, nem ter, nem estabelecer cárceres por autoridade própria, e porque os prelados, e ministros eclesiásticos não têm o dito império, ou poder armado, como acima fica mostrado, segue-se que eles não podem prender pessoa alguma eclesiástica, ou secular, nem ter nem estabelecer cárceres. Isto é Jurisprudência corrente em Espanha. Na Lei 15. título 29. Partit. 7 de Castela se diz — cá nó pertence a otro hombre ninguno; ni ha poder de mandar hazer Carcel, ni meter hombres a prision en ella, si notan solamente el-rei, o aquellos a quien el otorga que lo puedan hazer — Em Portugal subsiste o mesmo direito, e tudo o que os prelados obravam era por licença de el-rei, e não por autoridade própria. Veja-se Mello Freire Jur. Crim. tit. 4. S. 10. Pereira e Souza, Classe dos Crimes. Secção 1. género 1. classe 1. espécie 1. número 2. § 3, o que se confirma mais pelo facto seguinte: — Prendeu o meirinho-geral do Arcebispado de Évora ao meirinho dos estudantes da Universidade, que houve naquela cidade, e sustentando o Cabido, e vigário-geral do dito Arcebispado a dita prisão por boa, mandou o Senhor Rei D. João 4.^o não só privar o dito meirinho-geral da vara, e officio, mas também mandou tirar as grades, e portas do aljube da dita metropolitana, o que foi prontamente executado, e para poder tornar a haver meirinho, e aljube foi preciso ao Cabido pedir ao dito Senhor que lhe fizesse a graça de lho conceder, como concedeu por mercê e Alvará de 16 de Janeiro de 1653. Dedução Cronológica parte 2 Demonstração 6. § 117, 118.

Art. novo Nas visitas visitarão somente as igrejas, e capelas a respeito dos trastes delas, destinados para o culto divino, e sua decência, e só indagarão dos costumes dos párocos, e clérigos para o fim da correc-

ção fraterna, ou suspensão do exercício das ordens, porém sem devassa, sem multas, e sem custas.

Tit. 9 novo *DA AGRICULTURA.*

Cap. único A agricultura é a base fundamental da prosperidade da Nação, e por isso deve ser promovida, favorecida, protegida, e aliviada quanto for possível.

Art. novo Todos os obstáculos, que destroem, impedem, ou retardam o progresso, e melhoramento da agricultura, serão removidos.

Art. novo Não haverá portanto coutadas algumas no Reino. (38)

(38)

Não pode haver maior prejuízo à lavoura, e aos lavradores do que a existência de coutadas, e nem há coisa que mais prove o desmazelo do governo, e desprezo da agricultura tão necessária ao Reino.

Dentro das coutadas há terras semeadas, e produtivas, porém o lavrador havia de ver os veados, gamos, lebres, coelhos, e perdizes comerem-lhe as novidades sem os poder matar, e só enxutar e ou tinha de guardar a seara, ou a via destruída, e ainda por cima do que escapasse havia de pagar dízimo, e ração de 4.º, 5.º, 6.º, 7.º ou 8.º, ou jugada a quem é tão indolente que estima mais as feras, e aves dessas coutadas do que os frutos de que vivemos todos, porém esta indolência procede da muita fartura, e de comerem do que outros trabalharam; porque se eles tivessem tanto, e lhes custasse tanto, como ao lavrador, já não existiam coutadas há muito tempo.

Art. novo Os baldios, e maninhos que até agora por doações, forais, ou outros quaisquer títulos, pertenciam à Coroa, donatários, ou outras pessoas, ou corporações eclesiásticas, ou seculares ficam pertencendo à comunidade dos moradores dos respectivos concelhos. (39)

(39)

Não obstante dizer-se na Ordenação do Senhor D. Manoel Livro 4. título 67. § 8 e 14 e na presente Livro 4. título 43. § 9 e 15 que os maninhos pertencem aos moradores das terras, aonde estão, para uso comum, e não obstante dizer Cabed. parte 2 decis. 112; e Valasc. de

Iur. Emphyt. quest. 8. número 39, 40, 41, 42; que as câmaras; ou comunidade dos concelhos tem a sua intenção fundada em direito a respeito dos maninhos; pois que quando a Coroa assinou, e demarcou o terreno a qualquer cidade, ou vila logo então lhe concedeu os montes maninhos desse termo, cuja concessão não podia ser revogada pelas doações posteriores que foram feitas aos donatários (pois que não há donatário cuja doação seja anterior à divisão dos termos das cidades e vilas) porque a Coroa se não entende que dá o que já deu a outro; não obstante pois tudo isto hoje em dia há muitas vilas que têm donatários, e que já os tinham ao tempo dos forais, em cujos forais se diz que os maninhos pertencem ao senhorio para os dar pelos preços comuns da terra.

Não sei aonde Fernam de Pina achou este direito, quando andou a reformar, e a fazer os forais do Reino. Tenho visto forais de terras que os não tinham antes do Senhor D. Manoel; tenho visto as doações dessas terras anteriores, e posteriores a esses forais, e em nenhuma se fazia menção de data de maninhos. Se pois nas doações anteriores aos forais se não deram os maninhos; se as terras até aí não tinham forais; como sonhou Fernão de Pina que os maninhos pertenciam aos donatários? Não foi sonho foi positiva malignidade, e conluio com os donatários. O dinheiro, e prepotência dos donatários, e a pobreza, miséria, e ignorância do povo explicam o enigma; e melhor se explica ainda pelo que se tem visto nos tombos, que se têm feito depois dos forais, aonde aparecem prestações novas contrárias aos forais; modos diferentes da paga dos direitos, mais proveitosos para os donatários, e mais onerosos para o povo; acréscimo de prestações, e todos os modos de extorsões, e os maninhos dados sem conta, peso, nem medida, sem nem ao menos ser ouvida a câmara e povos confinantes que a eles tinham direito, e a serem ouvidos mesmo segundo a determinação dos forais, servindo só de regra Hoc. volo, sic. Jubeu, sit. pro ratione voluntas.

Art. novo As câmaras poderão dar licença, para se rotearem, e reduzir a cultura aqueles baldios, e maninhos, que não forem necessários para apanhar estrumes, e lenhas, e para pasto de gados, sendo primeiro ouvidos os moradores dos lugares vizinhos, que se utilizam dos ditos baldios, e maninhos, e convindo nisso três quartas partes deles. A licença do terreno concedido, medido, confrontado, e demarcado, será assente nos livros da câmara, e concedida de graça sem custas algumas.

Art. novo A dita licença só será concedida para cultura de pão, e somente a homens que não lavrem pão para o gasto de sua casa, todo o ano e de nenhuma sorte a ricos. (40)

Tenho observado que os maninhos dados a pobres ordinariamente são reduzidos a cultura, porque não têm aonde lavrem pão; os que são aforados a ricos ficam no mesmo estado, porque não têm precisão de pão, e só os querem para se assenhorearem de tudo, não resultando utilidade na produção, e só prejuízo ao povo que fica privado do uso comum dos maninhos para pasto dos gados, e lenhas.

Art. novo As leis regularão o tempo dentro do qual se hajam de reduzir à cultura os ditos baldios, e maninhos concedidos, (sob) pena de ficarem devolutos outra vez para a câmara os poder dar.

Art. novo Não se poderá fazer penhora, nem execução em tais terrenos aos primeiros possuidores, a quem foram concedidos, e que os reduziram à cultura, ou a seus herdeiros, senão passados trinta anos, contados depois que se acabaram de cultivar. (41)

Se algum pobre reduz a cultura algum bocado de maninho, logo lhe cai em cima com penhora o desapiedado, e invejoso rico credor que lhe pesa do pobre ter alguma coisa; de ordinário se lhe adjudica, ou o compra outro rico, e por isso torna ao estado antigo de inculto, sem utilidade para o público, nem para o rico, nem para o pobre.

Art. novo Se o cultivador, a quem for concedido um tal terreno, o quiser vender, depois de ele estar todo reduzido à cultura, o poderá fazer, mas em tal caso preferirá tanto portanto, o que não lavar pão para todo o ano, ao que for rico; e o mesmo se observará nas alienações seguintes; se pelo excesso do preço que o rico oferecer se presumir conluio, entre ele, e o vendedor, será estimado o valor do prédio por louvados.

Art. novo Todo o proprietário, que tiver grandes herdades incultas, será obrigado a dá-las a quem as quiser cultivar, não as querendo ele cultivar por sua conta, deixando-se-lhe o terreno necessário para a pastoria dos gados da herdade.

Art. novo As leis determinarão a pensão, ou foro anual por que tais herdades devam ser dadas, com atenção a serem incultas, à qualidade do terreno, à despesa que tem de fazer o cultivador no arroteamento, e à despesa, e trabalho que tem de fazer todos os anos com a

cultura; de sorte que não seja lesivo ao cultivador, e nem o faça desanimar da cultura.

Art. novo Todo o que daqui em diante deixar por cultivar um terreno, que se costumava cultivar, passados três anos, poderá qualquer vizinho, preferindo os confinantes, requerer à câmara que lho adjudique: a câmara, citado o dono do terreno para se louvar com o requerente, procederá a vistoria no terreno, e achando que está inculto há mais de três anos, e que era cultivado antes disso, o adjudicará ao requerente, sem este pagar coisa alguma ao dono do terreno. (42) Se o terreno inculto for de órfãos não será adjudicado, mas pagará o tutor, ou arrendatário o seu valor, metade para o requerente, e a outra metade para os órfãos.

(42)

Tenho observado que alguns lavradores por desmazelo, e outros por terem muita fazenda, que não podem cultivar, a deixam ir a monte; e tais há que antes querem deixar por cultivar algumas terras do que darem-nas a fazer a outro se lhe não dão pensões, que as terras não merecem. Este prejuízo deve ser acautelado; e a melhor providência é a referida no artigo, porque só para que outro não venha tomar a fazenda a hão-de cultivar mais que pelo interesse próprio.

Art. novo As Cortes terão cuidado de mandar fazer povoações em sítios despovoados, e aptos para isso, principalmente na província do Alentejo.

Darão outrossim providências para que se espalhem entre os lavradores métodos, e memórias sobre a cultura, acomodados à percepção deles, sendo-lhes dados de graça, ou por preços muito cómodos.

Art. novo As leis que regularem o recrutamento para tropa de linha o farão de sorte que os filhos, e criados de lavradores não sejam recrutados, e tirados da agricultura, senão em última necessidade, e quando não haja vadios, homens sem emprego, e criados de luxo; de sorte que o maior, ou menor número de recrutas, que se haja de pedir a cada distrito, se não regule só pela povoação, mas sim, e principalmente pelo número de vadios, homens sem emprego, e criados de luxo.

Art. novo A lavoura não será carregada senão com a contribuição directa, que cada lavrador deve pagar para o Estado segundo as suas possibilidades.

Art. novo Não pagarão portanto os lavradores jugadas, rações, foros, ou outras quaisquer prestações, ou seja à Coroa, ou donatários, ou corporações eclesiásticas, ou seculares. (43)

(43)

Neste ponto imploro a atenção das Cortes, e de seus sábios deputados. Non consideres personam pauperis, nec. potentiam divitis. Atendei, atendei, Senhores, à desgraça do lavrador, à ruína da lavoura, à precisão que temos de pão, ao tributo que pagamos aos estrangeiros pela falta de pão próprio, e que lhe compramos. Atendei a que a lavoura não pode prosperar, e ser florescente enquanto os lavradores não tiverem meios de bem poderem agricultural a terra. Atendei que estes meios lhe faltam, e faltarão sempre enquanto a lavoura e os lavradores estiverem carregados de foros, rações, jugadas, e outras prestações, que carregando somente sobre a lavoura tiram a substância ao lavrador, e o impossibilitam para poder cultivar bem a terra, e a fazer produtiva. Atendei a que essas jugadas, rações, foros, e outras prestações impossibilitando o lavrador, em poucas partes cedem a favor do Erário, ao mesmo tempo que fazem o povo pobre, e o Reino tributário aos estrangeiros. Atendei finalmente a que estas prestações tiveram no seu princípio outra applicação, que hoje não têm, e que cessam, e já cessaram há muito, os fins a que foram applicadas.

Sim, Senhores, no princípio do Reino não havia sisas, nem décimas, nem outros tributos, que hoje se pagam para a Coroa, todo o patrimônio da Coroa, e todas as rendas do Estado eram as que provinham das prestações que pagavam os lavradores das terras, e de certas agências, e porque até ao tempo do Senhor D. João 1.^o não havia milícia paga, quando havia guerra, ou o povo ia a ela, e para ela aprontava cavalos, ou pagava certas prestações para a despesa da guerra, quando não ia, ou não aprontava o seu contingente. Elucidário das palavras antigas verb. — cavallo de Maio — capdal — fossadeira — fossado — para reparo, ou fábrica dos castelos, que havia em muitas partes do Reino, pagavam os moradores do respectivo território a contribuição anual chamada castelático. Id. verb. — castelático — alcaide-mor —. Se el-rei vigiava pelo Reino havia terras que tinham obrigação de lhe dar albergue, hospedagem, e de comer, e outras pagavam certo tributo para isso Id. verb. — albergaria direito — colheita — jantar — dádivas — passagem — fogaça — . Havia terras de que se pagava jugada, ração, eirádiga, ajudadeira, lutuosa, Id. nas ditas palavras.

Todas estas, e outras, prestações que tiveram princípio, ou para o sustento da Casa Real, ou para os fins sobreditos da guerra, reparo,

ou fábrica dos castelos, despesas das jornadas, casamentos, e outros fins, ainda quase todas subsistem debaixo de nomes de prestações de frutos, géneros, aves, e dinheiro; todas elas carregam sobre a lavoura, não obstante a Casa Real pouco se sustentar delas; não obstante já os nossos reis não viajarem pelas províncias; não obstante haver já tropa paga, e para cujo pagamento se impuseram outros tributos; e não obstante o não existirem, ou arruinados, esses castelos para que se destinou o castelático, e estarem estabelecidas as terças dos concelhos para reparo das fortalezas. Se todas as prestações, que o povo paga, fossem para a Coroa ainda era menos mal, porque ao menos haveria dinheiro para as despesas do Estado; mas dinheiro aonde está ele! Os nossos reis pela sua inata piedade, e bondade tudo deram a igrejas, e corporações eclesiásticas, e a fidalgos. Quando os nossos reis davam a alguns fidalgos as terras, e os tributos delas, e que nelas se pagavam à Coroa, era com a obrigação de aprontarem à sua custa, e pelas rendas, e tributos das terras doadas o seu contingente de soldados para a guerra. Elucidário verb. — cavalaria — , porém depois de estabelecida a tropa regular começou esta a ser paga pelo Erário, e os fidalgos desfrutando as terras, e os seus tributos, sem pagarem nem a um soldado. E eis aqui como os fidalgos estão a comer só o que era para sustento da tropa; e eis aqui como o povo está a pagar duas, e três vezes, pelos tributos velhos, e novos, para a despesa do Estado, sem redundar tanto encargo, como tem o lavrador, em proveito senão de uns particulares, e corporações. Os castelos de outras eras estão arruinados de todo, outros já não existem, mas sempre se pagam os foros, e pensões, que algum dia se pagavam, e que desfrutam donatários; ainda hoje à renda da Vila da Feira se chama a renda do castelo. E que direi das corporações e pessoas eclesiásticas! É verdade que as doações que lhe fizeram os nossos reis eram com a obrigação de concorrerem, como os mais donatários, com o seu contingente de gente para a guerra; porém eles, depois de se verem senhores dos bens, entraram a queixar-se de que os constrangiam a ir à guerra; conseguiram ficarem isentos de contribuir para ela, alcançando a isenção dos bens doados para si, mas não para o povo, que lhe ficou pagando os mesmos, ou maiores direitos do que pagava à Coroa; obrigaram os povos a lhe irem encanteirar, e consertar a loiça para o vinho, dar dias de serviço com as pessoas, bois, e bestas, podar, consertar, e cavar as vinhas; finalmente nem lhe escaparam os corazis, e espáduas dos porcos, nem o impor a obrigação de lhe dar ferraduras, ou ferro para elas. Elucidário verb. — amolar — galinha do canteiro — carreira — redrar — corazel — ferraduras etc. — . Não contentes com as doações reais passaram a chupar os bens dos particulares com vários pretextos, já persuadindo os seculares a se irem sepultar nas suas abadias levando consigo

todos, ou a maior parte dos bens, já tomando-os por seus familiares, os quais por sua morte deixavam, e traziam com o corpo todos, ou a maior parte dos bens que tinham ao mosteiro que lhos tornava a entregar para os desfrutarem em sua vida somente; outros davam os bens ficando a cultivá-los pagando todos os anos certas rações, ou pensões deles, e que por sua morte vinham livres para a ordem. Elucidário verb. — jazedores — familiares — vontades —.

Acresceu para maior miséria do povo o terem os donatários, e mosteiros antigamente o direito de dar forais às terras, nos quais fizeram quanto quiseram, e acrescentaram o que lhe deu na vontade; sirva de exemplo o foral da vila de Abiul dado pelo Abade de Lorvão em 1176 pois que dizendo o antigo foral que só pagariam a décima parte do pão, vinho, linho, alhos, cebolas, e legumes; o tal abade acrescentou a décima parte de tudo o que lavrarem, e por eirádiga uma teiga de trigo, e uma quarta de vinho. Elucidário verb. — eirádiga — . Hoje não podem fazer forais, mas podem fazer prazos com o seu escrivão próprio do mosteiro, de sorte que fazem, e podem fazer o mesmo.

Eu tenho visto forais que falam em prazos, que corporações têm nas terras que já hoje estão aumentadas em número, e prestações; de sorte que toda a fazenda que constituía antigamente um prazo, está agora em dois, e três; e se o antigo pagava um alqueire de trigo, pagam-se agora três, quatro, e mais, e não só nisto acrescentaram, mas até na quantidade da medida de menor para maior. Nos prazos que pagam a Grijó, cujos foros se arrecadam no celeiro de Travasso desta comarca de Aveiro, se mandam pagar os foros pela medida velha. Ora esta medida velha são três quartas da de agora como se vê da Ordenação Livro 2. título 33. § 1. e no tombo antigo de Vouga de 1530 se fez a redução da medida velha por três quartas para a nova; e sendo os concelhos vizinhos, e as medidas actuais iguais, bem se vê que a mesma redução, que se fez em Vouga, se devia fazer nos ditos prazos do concelho vizinho; porém pelo contrário em lugar de se cobrarem os foros por três quartas cobram-nos por uma medida que leva mais de cinco quartas; eu não pago para tais prazos; e por isso não sou parte suspeita. Eis aqui pois os títulos por que os donatários, e corporações comem as rações, jugadas, foros, e outras prestações, que tanto oprimem os lavradores, e que lhe tiram os meios de poderem fabricar bem as terras, e de as fazerem produtivas em proveito dos lavradores, e do público do Reino.

Art. novo A determinação do artigo próximo acima é applicável às rações, foros, e pensões que se pagam a alguns particulares, aos quais as corporações cederam, e deram as terras, e bens por um diminuto foro,

ou pensão ficando os lavradores a pagar a esses particulares excessivos foros, rações, ou pensões. (44).

(44)

O autor da Beneditina Lusitana queixa-se que os abades comendatários, que teve a sua ordem (e que outras também tiveram) foram a ruína dos bens dos conventos; eu porém discorro pelo contrário; porque se não fossem os tais abades comendatários eram hoje os conventos senhores de todos os bens do Reino; pois que se ainda têm tantos, quantos não teriam se os ditos abades os não tivessem alienado! Alienaram pois os abades comendatários, e deram a seus parentes, e amigos não só quintas, e bens que estavam em pleno uso, propriedade, e desfruto dos conventos, mas também terras, ou rendas de que os povos lhe pagavam rações, foros, e outras pensões, e para capearem as doações fizeram aos doados empraçamentos dessas terras e rendas por diminuto foro. A respeito pois dos bens que estavam em pleno uso, e desfruto das corporações não trato aqui, mas sim dos segundos pois que se estando esses bens nas corporações deviam ser abolidos os encargos, que têm, em benefício da lavoura; igualmente o devem ser estando nas mãos desses particulares, que nada se lhe tira do seu, porque nada deram por eles, e os receberam de graça, e os têm desfrutado muitos anos, recebendo avultadas somas dos povos, dando uma porção muito insignificante às corporações a respeito do que têm recebido.

Art. novo É outrossim aplicável a disposição do dito artigo àquelas pessoas, que tendo recebido das câmaras, donatários, ou por data de juizes do Tombo, grande porção de baldios, e maninhos por diminuto foro, passaram depois a aforar, pelo que lhe pareceu, o mesmo terreno baldio, ou maninho inculto, aos povos que tinham igual direito a esse terreno (45) a particulares, de empraçamento até agora feitos de seus bens próprios, serão regulados pelas leis, de sorte que não sejam prejudiciais à produção, nem lesivos ao lavrador que os paga.

(45)

Tem havido poderosos pelos concelhos que fizeram com que as câmaras, ou donatários lhe aforassem grande parte dos maninhos por diminuto foro, e o pobre povo, ou não foi ouvido, ou foi oprimido pela prepotência para se não opor, e depois que os tais poderosos se viram senhores dos maninhos passam a empraçá-los ao povo, que tinha igual direito a eles, pelos foros que lhe pareceu, e tal há que até vende ao pobre povo

o barro de que precisa, e que está nos tais maninhos indevidamente aforados. Este abuso deve ser removido, e o povo livre da opressão.

Art. novo As leis regularão outrossim a quantidade de foros, e pensões, que se deverão pagar, dos empraçamentos, que para o futuro se fizerem, com atenção ao estado de culto, ou inculto, que tiver o prédio que se aforar, e com atenção a que o lavrador tire a despesa da cultura, e lucro da sua agência.

Todos os baldios, e maninhos, que foram aforados por donatários, ou seus almoxarifes, ou por juizes do Tombo, ou que foram ocupados por particulares sem o consentimento das câmaras, e povos confinantes há menos de trinta anos, e que se não acham reduzidos à cultura de pão, ou vinhas, ficam pertencendo à câmara, e comunidade do respectivo concelho. (46)

(46)

Em uma terra da comarca de Viseu que tem bem poucos maninhos, há poucos anos cobiou um poderoso um pedaço de maninho; e para o ocupar, e se meter de posse dele, mandou plantar-lhe estacas de oliveira, para assim sem licença da câmara e consentimento do povo se assenhorear do tal maninho, não contente com a grande casa que tem na terra, e nas vizinhanças; alguns do povo que ficavam sumamente prejudicados com a ocupação do seu maninho, foram arrancar-lhe as estacas; porém veio logo ordem da intendência para serem presos, e o juiz de fora que tinha sido despachado para lá, por intervenção do poderoso, cumpriu a ordem, e os pobres homens tiveram de pedir perdão de delicto que não fizeram, e sofreram a pena que melhor merecia o poderoso, que enganou o intendente, e o ministro que não expôs a injustiça do requerimento do poderoso. Eis aqui como muita gente se tem feito rica.

Art. novo nenhuns bens de raiz daqui em diante serão sujeitos a vínculo de inalienabilidade, nem serão gravados com encargos pios perpétuos, ou temporais, ou os encargos estejam já postos, ou se hajam de impor.

Art. novo nenhuns bens de raiz, nem os que segundo direito têm tal natureza, poderão ser vendidos, dados, ou trespassados por contrato oneroso, ou gratuito, por disposição entre vivos, ou de última vontade, ou por sucessão em corporações de mão-morta, ou seus membros; e sendo-o de facto, os parentes próximos do trespassante, e na sua falta qualquer vizinho, poderá requerer ao ministro territorial a ocupação de tais

coisas desencaminhadas aos direitos das alfândegas, ou penas em que por isso incorrerem. 11.º Todos os bens de raiz que os oficiais, e ministros de Justiça temporais adquirem por qualquer título de pessoas da sua jurisdição.

(49)*

Ainda que os direitos reais, que até agora faziam a bem do Erário, são mais, pareceu-me que só estes deviam subsistir.

Tit. 9 Cap. único Art. 371 Da Instrução Pública.

Todos os Espanhóis têm liberdade de escrever, imprimir e publicar suas ideias políticas, sem necessidade de licença, revisão ou aprovação alguma anterior à publicação, debaixo das restrições, e responsabilidade que as leis estabelecerem.

Tit. 13 Cap. único Arts. 368-371 Como está. (50)

(50)

Se aqui se há-de estabelecer a liberdade da Imprensa, e depois fazer-se uma lei, como se fez em Castela o ano passado, é melhor estabelecer regras de censura liberais, para se não conceder licença de imprimir senão na sua conformidade, porque é melhor não se conceder licença em tal, ou tal caso, do que permitir a liberdade da imprensa, e depois desterrar, prender, ou multar o escritor, porque é armar laços aos homens.

«Instruções para as Cortes ou esboço para a Constituição».

*Cx. 76, doc. 66***

Neque ingenium, neque facundia, oportet enim amore Patrio

* Nota não remetida ao texto.

** Enviado à Comissão da Constituição em sessão de 21 de Agosto.

Capítulo 7.º

DA RELIGIÃO

Artigo 1.º A Religião é a Católica, Apostólica Romana tal, e qual se acha nos Evangelhos, actos dos apóstolos, ensinada por Jesus Cristo, propagada pelos apóstolos, e pela tradição apostólica.

2.º O Bispo de Roma por cabeça visível da Igreja Universal na plenitude de seus poderes no espiritual tal, e qual recebeu de seu fundador, e lhe fora transmitida pelos mesmos apóstolos.

3.º Cada um dos bispos o mesmo com independência no exercício de seus poderes.

4.º Reconhecida a autoridade absoluta, e infalível dos concílios ecuménicos nas decisões de fé, definidas em declarações de dogmas, que só devem ser criadas nunca, e nunca alteradas.

5.º Os pontos de disciplina tendentes aos bons costumes, sã moral, culto externo, sem fanatismo, e superstição, são recebidos, como susceptíveis de reforma, e melhoramento, feitas estas reformas pelas autoridades legítimas no espiritual dos concílios provinciais.

6.º Pertence aos bispos no foro interno o conhecimento para com suas ovelhas da apostasia da Religião Católica Apostólica Romana, que professaram erros de dogma, irreligião, fanatismo, superstição, e a direcção espiritual das mesmas ovelhas por si, ou por seus cooperadores para lhes dar a correcção fraterna pelo modo, e teor, que manda o evangelho, e fulminar contra os incorrigíveis as penas espirituais, que ordena o mesmo evangelho.

7.º Fica pertencendo, como sempre pertenceram aos bispos, as dispensas e recursos, que dantes se faziam à Cúria Romana, para estes de perto proverem o bem espiritual das suas ovelhas de que são encarregados.

8.º Devem ser dispensados pelos bispos todos os dias santos pela perda, que causa à lavoura, e indústria nacional, e tira os meios de subsistência aos jornaleiros, e às pessoas pobres, e necessitadas: exceptuam-se porém os domingos santificados pelo Senhor Nosso Deus; as festas principais, Nascimento, primeiro dia do ano, dia de Reis, Páscoa, Espírito Santo, Ascensão, Encarnação, Senhora da Conceição, como Padroeira do Reino, S. João Baptista, os 12 Apóstolos, e os Oragos das freguesias.

9.º É livre de costume antiquíssimo por falta de peixe o uso neste Reino de carne, lacticínios nos dias de jejum, e abstinência, como foi declarado pelo Cardeal Patriarca Francisco no reinado de el-rei D. Joze Primeiro.

10.º O Estado não se embaraça com o direito, que o homem tem de adorar o seu Criador por aquele modo, que lhe dita a sua razão, e seu coração aprova, contanto que suas acções externas não perturbem o sossego, e bem do Estado, por ser esta a vontade do mesmo Criador, Autor

da Ordem, e da Justiça. São abusivas as ideias de tolerância, e intolerância; no primeiro caso é dar a Deus licença para aceitar os cultos livres das suas criaturas, o que é absurdo; no segundo pelas razões acima ponderadas.

Capítulo 8.º

DA SOBERANIA.

11.º A soberania una, indivisível, inalienável, e imprescritível na Nação pelo pacto social, o não pode ser património de alguma casa, ou particular.

12.º Ela contém em si os quatro poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, e Administrativo, suficientemente representados pelas Cortes Gerais, e Constituintes, e é somente privativamente delas a atribuição de fazer a Constituição, alterá-la, modificá-la, reformá-la, e emendá-la, e fazer as leis. A forma do governo é monárquico constitucional.

Capítulo 9.º

DO PODER LEGISLATIVO.

13.º O Poder Legislativo tem por objecto, e por atribuição primária, e principal legislar, reformar, emendar abusos, corrigir as leis antigas, fazer outras de novo, manter a liberdade, e segurança individual do cidadão, a propriedade, liberdade da imprensa com a moderação, e penas prescritas pela Lei da Imprensa sobre o abuso dela, sem a qual não há Liberdade, nem Constituição, resolver consultas, que contêm em si revogação, ou declaração de lei, prover, e acautelar violências, tiranias, despotismo, injustiças, e arbitrariedades exigir quanto convém do Poder Executivo a observância das leis, sem cuja execução tudo se torna inútil.

LIMITES DO PODER LEGISLATIVO.

14.º Os limites do Poder Legislativo são o bem geral da Nação, e a Justiça, em que se fundam as mesmas leis.

15.º Abolida para sempre a Inquisição, e a Inconfidência.

16.º Abolido o foro, e jurisdição eclesiástica temporal nas causas cíveis, e crimes, sejam muito embora os magistrados eclesiásticos, ou seculares, encarregados da execução das leis.

17.º Abolidos todos os privilégios, que cedem a beneficio de indivíduos, ou corporações particulares: exceptuam-se porém aqueles, que dizendo-se impropriamente tais são mais um bem geral da Nação, que um privilégio; porque o interesse, que resulta dele cede todo a beneficio geral, e urge a causa pública da mesma Nação.

18.º Todos os tratados com as potências estrangeiras se farão em assento de Cortes, ou dependente da confirmação das Cortes.

19.º Todos os tributos serão impostos em assento de Cortes com geral igualdade, que compreenda a todos, e com a suavidade possível.

20.º Todos são obrigados a contribuir com suas pessoas, e bens para o bem geral da Nação.

21.º A Lei é santa, e invulnerável, igual para todos.

Capítulo 10.º

DA REALEZA, E PODER EXECUTIVO.

22.º Rei constitucional o Senhor D. João 6.º, reconhecida a dinastia da Casa de Bragança em seus sucessores pela Constituição segundo a ordem da sucessão hereditária estabelecida na fundação da Monarquia pelas Cortes de Lamego, nascido cidadão português, é o primeiro cidadão, e o primeiro magistrado, e o chefe do Poder Executivo.

23.º Excluída outra qualquer dinastia estrangeira.

24.º O contrário será punido com as penas, que as Cortes estabelecerem: se for rei não reine, e seus sucessores o mesmo.

25.º O mesmo cometendo crimes atrozes contra as leis, exercitando despotismo, e tirania, precedendo para isso decreto das Cortes: se for outro qualquer será punido com as penas das leis, segundo a gravidade da culpa.

26.º A pessoa do rei ileso, e respeitada.

27.º As autoridades são os braços do Poder Executivo, que o rei dirige, e manda devem ser obedecidas e respeitadas.

LIMITES DO PODER EXECUTIVO.

28.º Os limites do Poder Executivo são a observância da Constituição, leis, e decretos, das Cortes que deve executar: tem o direito pelo veto suspensivo de representar às Cortes dentro em 30 dias os inconvenientes, que encontra na sua execução, para serem atendidos, segundo o peso das suas razões, e à vista delas, depois de ponderadas pelas Cortes ou reformarem-se, ou mandar-se observar prestando depois no termo de 10 dias a sanção real, querendo, para serem publicadas, e não querendo se haverá por sancionada e publicada para seguir-se a sua execução.

DAS FACULDADES DO REI.

29.º Todas as graças, bispados, benefícios, dignidades, condecorações, magistraturas, postos militares, officios são da competência do

rei pela justiça distributiva segundo o merecimento de cada um dos indivíduos, propostos, três pelo Conselho de Estado para escolhêr um, e todos com responsabilidade às Cortes no exercício de suas funções.

30.º Da boa e escrupulosa escolha dos empregados, e funcionários públicos depende a felicidade da Nação. Todos os benefícios eclesiásticos serão por opposição postos em concurso. (a)

31.º A intenção do rei não é, nem pode ser outra, senão o bem geral da Nação; o rei pode fazer o bem, e não o mal; o bem deixa de ser bem, e toma o lugar do mal, quando falta o merecimento sobre quem recai.

32.º Os funcionários públicos devem ser aplicados, e apropriados aos empregos de que são capazes, e se fazem dignos. (b)

33.º Pode o rei nomear os seus secretários de Estado os quais ficando sendo responsáveis às Cortes por tudo que encontra a Constituição, leis, e decretos das Cortes, inobservância, e relaxação delas.

34.º Haverá um Conselho de Estado para aconselhar o rei, composto de tantos membros quantos as Cortes julgarem necessários, os quais serão propostos pelas Cortes ao rei três para deles escolher um de cada vez até que preencha o número, que o deve compor, cujo Conselho será responsável às Cortes pelos seus bons, ou maus conselhos [que] derem ao rei.

35.º Na ordem das graças, e mercês o perdão tem o primeiro lugar nos casos que admite a equidade natural, sem protelar, nem animar crimes, que pela sua gravidade devem ser punidos, plenamente provados, julgados com toda a exactidão e evidência.

36.º Resolução de consultas, que contêm execução de Lei, mandar, dirigir expedir, e providenciar interinamente é da competência do Poder Executivo.

DA REGÊNCIA DO REINO.

37.º O rei por impedimento físico, ou moral, e temporário não pode delegar sem terminação das Cortes, achando-se reunidas, e não estando por consenso provisório da deputação permanente. A nomeação da Regência do Reino na menoridade do príncipe sucessor da Coroa é das Cortes, que se reunirão para esse fim, e para o caso de impedimento absoluto do rei.

(a) Este será o meio de haver um clero sábio, e instruído. [N.d.A.]

(b) Seria para desejar que os officios judiciaes de escrivães, e inquiridores, e do expediente das secretarias se dessem a homens inteligentes das leis: os de fazenda a peritos em finanças, preferindo em iguais merecimentos os casados aos solteiros, e os que têm mais filhos aos que têm menos. [N.d.A.]

38.º Será do arbítrio das Cortes assinarem o que julgarem conveniente de dotação para as despesas, e sustentação do decoro, dignidade, e representação real, e das mais pessoas reais sem responsabilidade de contas.

Capítulo 11.º

DO PODER JUDICIÁRIO.

39.º Os juizes de facto, e direito são independentes da influência do Poder Executivo, e Legislativo nas sentenças, e juízos; só dependentes da Lei com responsabilidade às Cortes pela infracção dela: seus officiais o mesmo; para o que devem ter o conhecimento das leis.

40.º Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, salvo em flagrante delito, e ainda mesmo neste caso deve a culpa ser formada em três dias pelo corpo de delito, e em dias seguidos, e contínuos as perguntas, e averiguação do facto por devassa, sendo caso dela, a qual será fixada logo que o facto esteja suficientemente provado.

41.º O facto provado, e julgado da subversão da Constituição, e Cortes: se for rei não reine: seus successores o mesmo: se for outro qualquer a pena que lhe corresponde pelas leis.

42.º O facto provado, e julgado de atentado contra as autoridades constituídas, emanam da Constituição será punido com as penas das leis, que as Cortes estabelecerem.

43.º O abuso da liberdade da imprensa será punido com as penas estabelecidas pela Lei da Liberdade da Imprensa.

44.º A casa do cidadão é sagrada, e inviolável não pode ser devassada, e penetrada no seu interior por justiças ordinárias, e só o pode ser no caso de urgente necessidade da causa pública, representada a autoridade da magistratura superior, que as Cortes assinarem para esse fim, dando essa ordem por escrito com as causas justas, que motivaram um tal procedimento.

45.º As cartas do correio não podem ser abertas: o administrador é responsável por este abuso.

46.º Abolidos todos os feriados à excepção dos dias de grande gala, as férias do costume no foro fará recolhimento dos frutos.

47.º A propriedade individual do cidadão é sagrada não pode ser violada sem que a causa pública assim o exija, e será neste caso primeiramente indemnizada.

48.º Os processos serão reduzidos ao necessário sem prolixas, e desnecessárias escritas, regulados pelas leis, que hão-de coordenar a fór-

mula, e ordem deles: devem ser simplificados, e cortar as delongas, que eternizam, e consomem a sustância dos litigantes.

49.º Haverá um Juízo de Paz extrajudicial antes do começo da acção pela forma do artigo 162 do Projecto da Constituição.

50.º As causas, que apresentam logo incontinente documentos comprovativos da acção, que produzem prova plena serão verbalmente decididas, e as partes só podem ser ouvidas de seu direito contra aquelas provas documentais na execução da sentença com suspensão, ou sem ela conforme as leis determinarem, com recurso às superiores instâncias.

51.º As hipotecas, penhoras, sequestros, pensões, e encargos etc. serão manifestados no registo, que haverá no distrito, onde os bens se acham situados, e sem este manifesto eles passarão livres, e sem embaraço a qualquer terceiro que os haja de possuir: as leis assinarão o tempo para este manifesto se fazer.

52.º As pessoas dos deputados em Cortes são ilesas, e invioláveis: suas opiniões livres sem responsabilidade durante o tempo das sessões, e gozarão das mais prerrogativas que as Cortes lhe acordarem.

Capítulo 12.º

DO PODER ADMINISTRATIVO.

53.º Será protegida a Religião; as Ciências; as Armas; Agricultura; Comércio; Navegação, e Artes; em que se compreendem fábricas, novos inventos, e máquinas; a perfeição das obras de indústria nacional, e as cópias, traduzidas do original de outras já criadas.

54.º A educação moral, e científica dos príncipes herdeiros presuntivos da Coroa será dirigida por plano aprovado pelas Cortes com estudos regulares de colégios, universidades, frequentados com dignidade.

55.º A educação pública é um dos deveres mais essenciaes; por isso se estabelecerão direcções com estatutos, e meios, que os regulem com proveito: é igualmente necessária outra das artes fabris, Desenho, Gravura, Architectura Civil, Pintura, etc.

56.º Haverão estudos mercantis da Aula do Comércio: de finanças, e todas as matérias necessárias, e relativas a este objecto pelo meio mais claro, e simplificado na sua escrituração de partidas dobradas.

57.º Haverão universidades para as ciências superiores: pelo Direito necessárias à Administração da Justiça pela Medicina aos males da Humanidade: pela Filosofia Agricultura, Fábricas Comércio, e Artes: pela Matemática a Navegação, Táctica, e Architectura Naval: pela Guerra as Evoluções, e Architectura Militar com conhecimentos da Geografia e História das nações antigas, e modernas: além disso haverão academias, onde se exercitem os conhecimentos adquiridos.

58.º Criar-se-ão estabelecimentos para mendicantes, ociosos, e vagabundos, donde resulte a favor do público as utilidades, que se podem tirar destes indivíduos, e que se perdem por falta de destino, e applicação a objectos apropriados ao estado de coisas análogas.

59.º Formar-se-ão hospitais paroquiais para os doentes pobres das freguesias debaixo da inspecção de seus párocos, administrados pelas irmandades do Santíssimo, presididas pelos sobreditos párocos, e protegidos pelos bispos das dioceses.

60.º Haverão hospitais para expostos, casas de misericórdia, bem administradas; montepios, confrarias piedosas, instituídas, e dedicadas a tão santo, justo, e louvável serviço de piedade.

61.º O governo terá o cuidado de estabelecer hospitais civis para pobres inválidos, e outros para os militares estropiados e doentes, de mar, e terra.

62.º Será reduzida a multidão de conventos ao necessário com número certo de religiosos, suficientes para os officios divinos, auxiliando os mais ricos aos mais pobres, com o encargo de ajudarem os párocos na administração dos sacramentos, e ministrarem aqueles, que forem necessários para o serviço piedoso dos mesmos hospitais. Quanto aos conventos das religiosas seguirá a mesma redução.

63.º As seis províncias do Reino de Portugal serão demarcadas não por extensão de terreno, sim por uma razão aproximada de igualdade em número de habitantes, e assim cada província se comporá de quinhentas mil almas, pouco mais, ou menos, calculada em três milhões de almas a sua população, com a ilha da Madeira e Porto Santo, adjacentes à província do Algarve.

64.º Cada província se dividirá seguindo em proporção a mesma igualdade em tantas comarcas quantas se façam necessárias, e as comarcas pelo mesmo modo em câmaras, e concelhos.

65.º Haverão para o expediente da Justiça juizes de fora na primeira instância; na segunda uma relação em cada província: em Lisboa um Tribunal Supremo de Justiça com as attribuições que as Cortes lhes acordarem em seus regimentos.

66.º Para o governo geral da província se estabelecerão juntas administrativas que se reunirão de dois em dois anos no primeiro dia do mês de Março, eleitas pelas juntas eleitorais de comarca, compostas de tantos deputados quantas forem as comarcas, e serão organizadas como as Cortes julgarem conveniente, e com as attribuições que parecerem acertadas.

67.º Os juizes de fora serão vitalícios, e trienais, transferidos provisoriamente de uns para outros lugares, e promovidos pela antiguidade de anos de serviço, ou extraordinariamente por um grande serviço, ou merecimento relevante, cuja qualidade de serviço, ou merecimento sin-

gular será acusado no decreto de seu provimento: serão eleitos juntamente os substitutos na razão de um por cada três. Haverão tantos juizes de fora quantas comarcas, e as comarcas quantas estiverem na razão de quinhentas mil almas pouco mais, ou menos por cada província.

68.º Haverão tantas câmaras, e concelhos, quantas convierem ao distrito das comarcas, todas subordinadas à junta administrativa da província.

69.º As câmaras serão eleitas cada ano no primeiro de Dezembro pelos moradores das vilas, e cidades; cuidarão na salubridade de seu distrito, nas rendas públicas, bens nacionais, provisões dos habitantes, nas munições de boca da tropa, nas obras públicas, estradas, pontes, encaçamento de rios, valas, pauis, e canais, reparação de edifícios públicos, com economia, e zelo patriótico, e por arrematação a quem o faça por menos: promoverão a agricultura, comércio, a plantação das árvores apropriadas à capacidade, e natureza dos terrenos, e situação de seus locais, com aproveitamento discreto dos incultos, a criação, e fiação da seda, distribuída, pelos conventos de freiras, a criação dos gados; concederão feiras, e manterão as relações comerciais internas, e externas com as demais comarcas, e províncias; farão em seu distrito os recrutamentos por sorteio; aquartelarão tropa, distribuirão os impostos, directos, e indirectos com atenção, e respeito, à possibilidade de cada um; darão o orçamento da despesa, que julgarem necessária, apontando os meios para se obterem com suavidade os subsídios competentes: tudo com responsabilidade de contas, onde competir, e melhor regularem as Cortes em seus respectivos regimentos, forais, e leis municipais.

70.º Abolir-se-á a demarcação actual informe, e irregular das paróquias, reduzindo-as a uma igualdade aproximada, e proporcionada à fácil arrecadação dos impostos. O mesmo se observará na divisão dos bispados.

71.º O governo cuidará no aumento da população, facilitando, e protegendo os matrimónios, certo de que a grandeza, riqueza, e poder de uma nação se avalia pela sua povoação.

72.º Formar-se-ão códigos civis, e criminais com leis agrárias; mercantis, e marítimas; código de finanças; ordenanças, militares de mar, e terra.

73.º Nas províncias do Ultramar se observará o mesmo tanto quanto for, admissível às forças da população, tráfico, e circunstâncias daqueles povos, com a diferença que o Supremo Tribunal de Justiça se instituirá de dentro das Relações.

74.º Deve haver uma força militar acomodada às circunstâncias do país para a defesa externa, e auxílio da segurança interna. Este exército será contemplado como um só corpo de exército geral do Reino Unido, destacado, e distribuído pelas suas províncias, composto de tropas de linha e milícias; os de linha amovíveis de um a outros pontos, e os de

milícia, persistentes em seus distritos, e só em casos de grande necessidade é que poderão ser empregados fora deles.

75.º Deve haver também uma força marítima suficiente para proteger em ambos os hemisférios nosso comércio, e guardar nossas costas.

DA DURAÇÃO, E EXISTÊNCIA DAS CORTES REUNIDAS.

76.º As Cortes determinarão o tempo, que elas devem existir reunidas para acabarem os seus trabalhos, e o da sua prorrogação, fazendo-se necessária.

DA DISSOLUÇÃO DAS CORTES.

77.º Dissolvidas as Cortes ficará, no tempo intermédio até à volta da sua posterior reunião, uma deputação permanente; estabelecida pelas mesmas Cortes, para independentemente do rei as poder convocar, a qual exigirá a observância da Constituição, e leis em defesa da opressão, arbitrariedade, injustiças, abusos, e relaxações, e disporá as matérias, que devem fazer o objecto das futuras deliberações.

78.º A soberania da Nação, representada pelas Cortes, que compõem o Poder Legislativo, com o Executivo, Judiciário, e Administrativo, se equilibra, guardadas nas suas atribuições uma justa proporção.

O mais que falta nestas simples indicações, será suprimido pelas sábias providências do Projecto da Constituição.